

Bruxelas, 31 de maio de 2021
(OR. en)

9328/21
ADD 2

STAT 19

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	28 de maio de 2021
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2021) 258 final ANNEX 2
Assunto:	ANEXO do RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo às regras adotadas pela autoridade investida do poder de nomeação de cada instituição para dar cumprimento ao Estatuto dos Funcionários Regras de execução nas instituições

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2021) 258 final ANNEX 2.

Anexo: COM(2021) 258 final ANNEX 2



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 28.5.2021
COM(2021) 258 final

ANNEX 2

ANEXO

do

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

**relativo às regras adotadas pela autoridade investida do poder de nomeação de cada
instituição para dar cumprimento ao Estatuto dos Funcionários**

Regras de execução nas instituições

Parlamento Europeu

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Decisão da Mesa de 22 de junho de 2005 (Código de boas práticas em matéria de emprego de pessoas com deficiência)	22.6.2005		1 RE
		Regras internas relativas à execução do artigo 1.º-D, n.º 4 (Pessoas com deficiência)	1.4.2015		1 RE
1.º-E, n.º 2	Rastreio médico para pessoal específico	Decisão do Secretário-Geral de 22 de janeiro de 2018 – Regras internas em matéria de rastreio médico para cargos de segurança, vigilância e risco definido ocupados por funcionários e outros agentes	1.3.2018		1 RE
2.º	Poderes das AIPN	Decisão da Mesa, de 9 de dezembro de 2013, que visa delegar poderes em relação às questões relacionadas com a execução do Estatuto dos Funcionários	9.12.2013		1 RE
		Decisão da Mesa, de 13 de janeiro de 2014, relativa à delegação de poderes da AIPN e da entidade habilitada a celebrar contratos de admissão (EHCA)	13.1.2014		1 RE
		Decisão do Secretário-Geral, de 25 de setembro de 2017, que altera os poderes da AIPN e da EHCA na sequência da delegação de poderes prevista no artigo 9.º, n.º 3, da Decisão da Mesa, de 13 de janeiro de 2014, relativa à delegação de poderes da AIPN e da EHCA	1.10.2017		1 RE
5.º, n.º 4	Tipos de funções	Decisão do Secretário-Geral que define os tipos de funções abrangidos pelos diferentes lugares-tipos no secretariado do Parlamento	11.12.2015		1 RE
7.º, n.º 1	Mobilidade	Decisão da Mesa de 29 de março de 2004 – Regulamento relativo à política de mobilidade	1.5.2004	31.1.2018	1 RE
		Regulamento relativo à mobilidade do pessoal – Decisão da Mesa de 15 de janeiro de 2018	1.2.2018		1 RE
9.º	Comité de Classificação	Modalidades práticas de execução da política de mobilidade – Decisão do Secretário-Geral de 16 de fevereiro de 2019	16.2.2019		1 RE
		Decisão do Presidente de 30 de setembro de 1993	30.9.1993		1 RE

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

11.º – 26.º	Código de Conduta	Decisão da Mesa de 7 de julho de 2008 – Guia sobre as obrigações dos funcionários e outros agentes do Parlamento Europeu	7.7.2008		1 RE
12.º-A	Assédio	Regras internas destinadas ao Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho – DV/608697 – 21 de fevereiro de 2006	21.2.2006		1 RE
		Regras internas relativas ao assédio e à sua prevenção no local de trabalho e relativas às queixas por assédio entre assistentes parlamentares acreditados e deputados ao Parlamento Europeu (última alteração: 7 de julho de 2015)	14.4.2014	31.8.2018	1 RE
		Decisão da Mesa sobre o funcionamento do Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho	1.9.2018		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão do Secretário-Geral sobre as regras internas relativas à execução do artigo 22.º-C do Estatuto dos Funcionários	1.1.2016		1 RE
24.º	Pedidos de assistência – Queixas por assédio relativas aos deputados ao Parlamento Europeu	Decisão da Mesa sobre o funcionamento do Comité Consultivo sobre as Queixas por Assédio entre Assistentes Parlamentares Acreditados e Deputados ao Parlamento Europeu e a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho	1.9.2018		1 RE
24.º-A	Formação	Regulamento interno relativo às ações de aperfeiçoamento profissional, destinado aos agentes do Parlamento Europeu	1.1.2013		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º – 34.º	Recrutamento	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		1 DGE
29.º, n.º 2	Recrutamento de funcionários superiores	Decisão da Mesa que estabelece as etapas do procedimento de nomeação de funcionários superiores (última alteração: 18 de fevereiro de 2008)	16.5.2000		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário					
Secção II – Destacamentos					
37.º, alínea a)	Destacamentos	Regras internas relativas ao destacamento de funcionários, de 16 de outubro de 2014, nos termos do artigo 37.º, alínea a)	1.11.2014		1 RE

Secção III – Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	Regras internas relativas à licença sem vencimento	1.11.2014		1 RE

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	Decisão do Secretário-Geral, de 4 de setembro de 2014, relativa às disposições gerais de execução relativas à licença parental	1.10.2014		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Regras internas relativas à licença para assistência à família, de 4 de junho de 2014	1.7.2014		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º	Relatório anual	Disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 DGE
		Regras internas que regem a aplicação das disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 RE
		Disposições gerais de execução que regem o procedimento relativo aos relatórios do pessoal aplicáveis aos funcionários superiores nos termos do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 15.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	27.2.2015		1 DGE
44.º, n.º 2 – 46.º	Confirmação em lugares de gestão	Regras internas que confirmam a nomeação de chefes de unidade, diretores e diretores-gerais (última redação de 18 de julho de 2014)	7.7.2008		1 RE
45.º	Promoção	Regras internas relativas aos comités consultivos sobre promoções	18.7.2014		1 RE
		Regras internas relativas à atribuição de pontos de mérito e promoções	20.6.2014	20.12.2017	1 RE
		Regras internas relativas à atribuição de pontos de mérito e promoções	20.12.2017		
		Decisão do Secretário-Geral, de 20 de junho de 2014, relativa à política sobre promoções e progressão na carreira	20.6.2014		1 RE
45.º-A	Certificação	Disposições gerais de execução relacionadas com o procedimento relativo a certificados (artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários) (última redação de 7 de julho de 2008)	26.9.2005		1 DGE

Capítulo IV – Cessação de funções					
Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Regras internas relativas à execução do artigo 51.º do Estatuto dos Funcionários	1.1.2016		1 RE

Título IV – Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I – Duração do trabalho					
55.º	Condições de trabalho dos intérpretes	Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos intérpretes de conferência auxiliares no Parlamento Europeu – Decisão do Secretário-Geral de 19 de julho de 2018	8.9.2018		1 RE
55.º	Teletrabalho	Decisão do Secretário-Geral sobre o teletrabalho ocasional no Parlamento Europeu	31.10.2016	31.10.2019	1 RE
		Decisão do Secretário-Geral sobre o teletrabalho no Parlamento Europeu	1.11.2019		
		Decisão do Secretário-Geral relativa ao regime de teletrabalho dos linguistas que trabalham na Direção da Tradução	10.2.2009		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão do Secretário-Geral, de 4 de junho de 2014, relativa às regras internas relativas ao trabalho a tempo parcial	1.7.2014		1 RE
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Regras internas relativas a horas extraordinárias	1.1.2014		1 RE

Regime aplicável aos outros agentes

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título II – Agentes temporários

8.º + 12.º, n.º 5	Política geral para a admissão de agentes temporários	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		1 DGE
10	Reclassificação de agentes temporários	Regras internas relativas à reclassificação de agentes temporários admitidos nos termos do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes	21.10.2014		1 RE

Capítulo III – Condições de admissão

17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Regras internas aplicáveis às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
-------------	---	---	----------	--	-------------

Título IV – Agentes contratuais

Capítulo I – Disposições gerais

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0
-------------	--	---	-----------	--	----------

Capítulo III – Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Disposições gerais de execução aplicáveis aos concursos e procedimentos de seleção, recrutamento e classificação por graus dos funcionários e de outros agentes, de 17 de outubro de 2014	1.11.2014		0

Capítulo IV – Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A

87.º	Avaliação dos agentes contratuais	Disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 DGE
		Regras internas que regem a aplicação das disposições gerais de execução em aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes (relatórios do pessoal)	1.11.2014		1 RE

Capítulo V – Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-B

90.º	Intérpretes de conferência auxiliares	Decisão da Mesa de 15 de dezembro de 2008. Regras do PE aplicáveis aos intérpretes de conferência recrutados ao abrigo do artigo 90.º do ROA	1.2.2009		1 RE
90.º	Condições de trabalho dos intérpretes	Disposições aplicáveis aos intérpretes do quadro e aos intérpretes de conferência auxiliares no Parlamento Europeu – Decisão do Secretário-Geral de 19 de julho de 2018	8.9.2018		1 RE

Título VII – Assistentes parlamentares

125.º a 139.º	Medidas de execução para o título VII	Medidas de execução para o título VII do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia (última alteração: Decisão da Mesa de 2 de outubro de 2017)	14.5.2014		1 RE
---------------	--	--	-----------	--	-------------

Conselho					
Estatuto dos Funcionários					
(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título I – Disposições gerais					
1.º-D, n.º 4	Deficiência	Decisão do Conselho, de 29 de abril de 2004, que adota as disposições gerais de execução relativas ao artigo 1.º-E, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários	1.5.2004	15.4.2019	1 DGE
		Decisão n.º 12/2019 que aplica o artigo 1.º-D, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários que aplica o artigo 1.º-D, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários no que diz respeito às adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência, e que estabelece procedimentos para o tratamento dos pedidos	15.4.2019		
1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	Decisão n.º 61/16 que atualiza o papel e as funções do Comité Misto para a Melhoria da Saúde e da Segurança no Trabalho	1.1.2017		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	Decisão 2013/811/UE do Conselho que determina, no Secretariado-Geral do Conselho, a autoridade investida do poder de nomeação e a autoridade competente para a contratação de pessoal	17.12.2013	6.2.2017	1 RE
		Decisão (UE) 2017/262 do Conselho, de 6 de fevereiro de 2017, que determina, no Secretariado-Geral do Conselho, qual a autoridade investida do poder de nomeação e a autoridade competente para a contratação de pessoal e que revoga a Decisão 2013/811/UE	6.2.2017		
		Decisão n.º 22/14 do Secretário-Geral que delega o seu poder de decisão no Diretor-Geral da Administração e autoriza este último a delegar o seu poder de assinatura no que respeita a funcionários dos grupos de funções AST e AST/SC e a outros agentes	30.4.2014	2.5.2017	
		Decisão n.º 23/14 do Secretário-Geral que delega o poder de assinatura no Diretor-Geral da Administração e autoriza este último a subdelegar poderes de assinatura no que respeita aos funcionários do grupo de funções AD, à nomeação e cessação de funções dos funcionários do grupo de funções AST e AST/SC e a contratação de outros agentes	30.4.2014	2.5.2017	1 RE
		Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral do Conselho que delega os poderes de decisão e o poder de assinatura no que respeita à aplicação do Estatuto dos Funcionários da União Europeia e do Regime aplicável aos outros agentes, e que revoga a Decisão n.º 22/14 e a Decisão n.º 23/14	2.5.2017		
		Decisão n.º 46/14 pela qual o Diretor-Geral da Administração delega o seu poder de assinatura para atos em relação aos quais foi delegado o poder de decisão ao abrigo da Decisão n.º 22/14 e subdelega o seu poder de assinatura para os atos em relação aos quais foi delegado o poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 23/14	31.7.2014	2.5.2017	
		Decisão n.º 27/17 do Diretor-Geral da Administração que delega o poder de assinatura para atos abrangidos pela delegação de poderes de decisão e do poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral, e que revoga a Decisão n.º 46/2014	2.5.2017	19.7.2017	1 RE
		Decisão n.º 35/17 do Diretor-Geral da Administração que delega o poder de assinatura para atos abrangidos pela delegação de poderes de decisão e do poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral, e que revoga a Decisão n.º 27/2017	19.7.2017	5.6.2018	
		Decisão n.º 25/18 do Diretor-Geral da Administração que delega o poder de assinatura para atos abrangidos pela delegação de poderes de decisão e do poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral, e que revoga a Decisão n.º 35/2017	5.6.2018	14.9.2018	
		Decisão n.º 39/18 do Diretor-Geral do Desenvolvimento Organizacional e dos Serviços que delega o poder de assinatura para atos abrangidos pela delegação de poderes de decisão e do poder de assinatura ao abrigo da Decisão n.º 16/2017 do Secretário-Geral, e que revoga a Decisão n.º 25/18	14.9.2018		1 RE
		Decisão do Secretário-Geral n.º 72/2014 relativa à delegação de poderes conferidos à autoridade investida do poder de nomeação/autoridade competente para a contratação de pessoal no que respeita ao estabelecimento dos direitos previstos no título III do acordo de nível de serviço relativo à colaboração entre o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia para o estabelecimento e a administração dos direitos de pensão	1.1.2015		

5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão n.º 47/2015 do Secretário-Geral do Conselho relativa à delegação de poderes conferida à autoridade investida do poder de nomeação/autoridade competente para a contratação de pessoal para o estabelecimento dos direitos relacionados com a atualização anual das remunerações e pensões, os coeficientes de correção, os subsídios e as deduções para os funcionários e outros agentes do Conselho Europeu e do Conselho	27.7.2015		1 RE
		Decisão 24/16 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.7.2016	16.11.2017	1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	Decisão n.º 45/17 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções, e que revoga a Decisão 24/16	16.11.2017		1 RE
		Decisão 6/14 relativa à afetação de funcionários AD9-14 com responsabilidades especiais para o lugar-tipo de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015 (última redação dada pela Decisão 34/14 que altera o organigrama dos lugares de gestão e entidades administrativas e as nomeações para lugares equivalentes de gestão, conselheiro e/ou chefe de unidade)	1.1.2014		1 RE
7.º	Transferência	Decisão 101/2011 relativa aos procedimentos de mobilidade (última redação dada pela Decisão 21/15 de 27 de março de 2016)	1.8.2011	12.7.2017	1 RE
		Decisão n.º 36/2017 do Secretário-Geral do Conselho da União Europeia relativa à mobilidade no Secretariado-Geral do Conselho, e que revoga a Decisão 101/2011 e a Decisão 21/2015	12.7.2017		

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

11-21	Ética e integridade	A Decisão 61/2015 relativa às atividades externas e às funções exteriores substitui as disposições da Comunicação ao pessoal n.º 124/2000 e da Comunicação ao pessoal n.º 99/1998 sobre as atividades externas e substitui a Decisão 34/13 relativa a favores e ofertas.	16.11.2015		1 RE
12.º-A	Assédio	Decisão 15/2015 relativa ao assédio psicológico e sexual no trabalho	1.5.2015		1 RE
11.º, 11.º-A, 12.º, 12.º-B, 15.º, 16.º, 17.º, 17.º-A, 19.º, 55.º; 3.º do anexo IV-A; 13.º, n.º 2, do anexo VIII, 11.º, 16.º, 81.º e 91.º do ROA	Atividades externas	A Decisão 61/2015 relativa às atividades externas e às funções exteriores substitui as disposições da Comunicação ao pessoal n.º 124/2000 e da Comunicação ao pessoal n.º 99/1998 sobre as atividades externas e substitui a Decisão 34/13 relativa a favores e ofertas.	16.11.2015		0
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 3/2016 que adota regras internas para a denúncia de irregularidades graves – Procedimentos para a aplicação dos artigos 22.º-A, 22.º-B e 22.º-C do Estatuto dos Funcionários e do artigo 66.º, n.º 8, do Regulamento Financeiro	29.2.2016		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 18/2015 que adota disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando do recrutamento dos funcionários ou admissão de agentes temporários e que revoga a Decisão do Conselho de 29 de abril de 2004	25.3.2015		1 DGE
-------------	--------------	--	-----------	--	-------

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão 9/2014 relativa à licença sem vencimento	1.1.2014		1 RE
		Diretiva interna n.º 44/2016 relativa à reintegração na sequência de um período de licença sem vencimento (no caso de um funcionário doente no termo da licença sem vencimento)	1.7.2017		1 RE

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família ou licença no interesse do serviço

42.º-A	Licença parental	Disposições gerais de execução relativas à licença parental	1.1.2014		1 DGE
42.º-C	Licença no interesse do serviço	A Comunicação ao pessoal n.º 71/2015 de 23.10.2015 fornece informações sobre a aplicação das novas disposições do Estatuto em matéria de licenças no interesse do serviço.	23.10.2015		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Decisão do Conselho que estabelece disposições gerais de execução para a aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários relativo aos relatórios periódicos, publicada como anexo I da Comunicação ao pessoal n.º 99/89, de 28 de julho de 1989, sobre as instruções gerais para a elaboração dos relatórios de avaliação	19.10.1981		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão n.º 33/14 que altera a Decisão n.º 194/83 relativa às Comissões Consultivas de Promoção no Secretariado-Geral do Conselho	30.4.2014		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão n.º 62/2015 que adota disposições gerais de execução relativas à certificação nos termos do artigo 45.º-A	16.12.2015	16.10.2017	1 DGE
		Decisão n.º 34/2017 que adota disposições gerais de execução relativas à certificação nos termos do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários e que revoga a Decisão n.º 62/2015	16.10.2017		
		Decisão n.º 49/2013 relativa ao número de funcionários autorizados a frequentar o programa de formação para efeitos do procedimento de certificação no âmbito do exercício de 2013	29.10.2013		1 RE
		Decisão n.º 63/2014 relativa ao número de funcionários autorizados a frequentar o programa de formação para efeitos do procedimento de certificação no âmbito do exercício de 2014	1.12.2014		1 RE
		Decisão 64/2014 relativa aos critérios de classificação dos candidatos para efeitos do processo de certificação	1.12.2014		1 RE

Capítulo IV – Cessação de funções

Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional

51.º	Insuficiência profissional	Decisão 46/2015 relativa ao procedimento para identificar, gerir e resolver os casos de insuficiência profissional	29.7.2015		1 RE
------	----------------------------	--	-----------	--	------

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Decisão 2/2014 que estabelece as disposições aplicáveis ao horário de trabalho flexível no Secretariado-Geral do	1.1.2014	19.9.2017	1 RE
		Decisão n.º 42/2017 relativa ao horário de trabalho, que revoga as Decisões 2/2014, 3/2014, 7/2017 e 8/2017	19.9.2017	1.1.2019	
		Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 14/2014 relativa ao trabalho a tempo parcial, de 1 de janeiro de 2014 (artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários e anexo IV-A)	1.1.2014		1 RE
		Decisão n.º 42/2017 relativa ao horário de trabalho, que revoga as Decisões 2/2014, 3/2014, 7/2017 e 8/2017	19.9.2017	1.1.2019	0
		Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019		
56.º + Anexo VI	Teletrabalho	Decisões 44/2012, 145/2012, 146/2012, 147/2012, 12/2013 e 1/2016 relativas ao teletrabalho	2012-2016	1.1.2017	1 RE
		Decisão n.º 59/2016 relativa ao teletrabalho e que revoga as Decisões 144/2012, 145/2012, 146/2012, 147/2012, 12/2013 e 1/2016	1.1.2017		
	Horas extraordinárias	Decisão 3/2014 que estabelece disposições aplicáveis ao horário de trabalho, às horas extraordinárias e à folga de recuperação relativos ao trabalho no local de afetação do pessoal ao qual não é aplicável a Decisão 2/2014	1.1.2014		1 RE
		Decisão 4/2014 que estabelece disposições aplicáveis às horas extraordinárias e à folga de recuperação relativos ao trabalho no local de afetação do pessoal ao qual é aplicável a Decisão 2/2014	1.1.2014	3.4.2017	1 RE
		Decisão 7/2017 que estabelece disposições aplicáveis às horas extraordinárias e à folga de recuperação no contexto das missões para o pessoal ao qual é aplicável a Decisão 2/2014, e que substitui a Decisão 4/2014	3.4.2017	1.10.2017	
		Decisão 5/2014 que estabelece disposições aplicáveis às horas extraordinárias e à folga de recuperação relativos ao trabalho no local de afetação do pessoal ao qual não é aplicável a Decisão 2/2014	1.1.2014	3.4.2017	
		Decisão 8/2017 que estabelece disposições aplicáveis às horas extraordinárias e à folga de recuperação no contexto das missões para o pessoal ao qual não é aplicável a Decisão 2/2014, e que substitui a Decisão 5/2014	3.4.2017	1.10.2017	

		Decisão 42/2017 relativa ao horário de trabalho e que revoga as Decisões 7/2017 e 8/2017	1.10.2017	1.1.2019	
		Decisão 50/2018 relativa ao horário de trabalho e que revoga a Decisão 42/2017	1.1.2019		
		Decisão 49/10 (relativa ao subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para 5 secretários do SG/AR e 2 secretários do SG adjunto/CAB)	1.12.2009	15.5.2017	1 RE
		Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 15 de junho de 2006 (relativa ao subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para a equipa de proteção pessoal do Presidente do Conselho Europeu no âmbito do Serviço de Segurança)	1.4.2006	15.5.2017	
		Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 26 de junho de 2006 (relativa ao subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para condutores do Secretariado Geral do Conselho)	1.4.2006	15.5.2017	
		Decisão 26/2017 que as estabelece as disposições que regem a concessão do subsídio mensal fixo por horas extraordinárias para os secretários nos gabinetes pessoais do Presidente do Conselho Europeu e do Secretário-Geral do Conselho; para a equipa de proteção pessoal do Presidente do Conselho Europeu no âmbito do Serviço de Segurança; e para os condutores do Secretariado-Geral do Conselho, e que revoga a Decisão 49/10, a Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 15 de junho de 2006 e a Decisão do Secretário-Geral Adjunto de 26 de junho de 2006	15.5.2017		

Capítulo II – Interrupções de serviço					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 1/2014 que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em relação às interrupções de serviço dos funcionários no ativo no âmbito do	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto	Decisão 1/2014 que estabelece regras de aplicação das disposições do Estatuto dos Funcionários em relação às interrupções de serviço dos funcionários no ativo no âmbito do Secretariado-Geral do Conselho	1.1.2014		0
59.º, n.º 6	Consulta médica anual	Decisão 43/2015 relativa à determinação do montante máximo de reembolso dos honorários médicos relacionados com a consulta médica anual de rotina para 2015	8.7.2015		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (1.º a 3.º)	Prestações para assistência à família	Decisão do Conselho que adota disposições gerais de execução relativas aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (1.º, n.º 2, alínea d))	Abono de lar por decisão especial	Decisão do Conselho que adota disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
		Diretiva interna n.º 65/2014 relativa ao abono de lar – definição de separação judicial (Artigo 1.º, n.º 2, alínea b), do anexo VII do Estatuto dos Funcionários)	1.12.2014		1 RE
		Diretiva interna 66/2014 relativa à alteração das condições de acesso ao casamento para casais do mesmo sexo	2.12.2014		1 RE
67.º a 68.º + Anexo VII (2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão do Conselho, de 29 de abril de 2004, que adota disposições gerais de execução relativas a uma pessoa considerada como filho a cargo (artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários) (publicada como anexo III da Comunicação ao pessoal n.º 80/2004, em 7.6.2004)	1.5.2004		1 DGE
		Diretiva interna n.º 37/2014 relativa ao abono duplo por filho a cargo para um filho cujo sustento implica grandes encargos por motivo de deficiência ou de doença prolongada (artigo 67.º, n.º 3, do Estatuto)	1.1.2014		1 RE

		Diretiva interna n.º 9/2015 relativa ao prolongamento do abono por filho a cargo (artigo 2.º, n.º 5, do anexo VII do Estatuto) – Conceito de incapacidade de um filho para assegurar o seu sustento devido a doença grave ou invalidez. Limiar de rendimento acima do qual um filho deixa de ser considerado como estando a cargo do seu progenitor (funcionário ou agente)	1.3.2015		1 RE
		Diretiva interna n.º 46/2016 relativa ao conceito de sustento efetivo de um filho a cargo de um funcionário/agente na aceção do Estatuto dos Funcionários (artigo 2.º, n.º 2, do anexo VII do Estatuto)	1.1.2017		1 RE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão 13/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.1.2014		1 DGE
		Diretiva interna n.º 24/2017 relativa ao cálculo da distância entre o local de afetação e uma escola europeia ou um estabelecimento de ensino, como previsto no artigo 3.º do anexo VII do Estatuto	1.9.2017		1 RE

Secção III – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 12/2014 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de viagem do lugar de afetação para o lugar de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 10/2014 que adota disposições gerais de execução relativas à determinação do lugar de origem	1.1.2014		1 DGE
		Decisão 32/2019 relativa à determinação do lugar de origem (artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto) e que revoga a Decisão 10/2014	18.7.2019		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 8/2014 que adota disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência	1.1.2014	18.7.2019	1 DGE
		Decisão 38/2019 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência (artigo 9.º do anexo VII do Estatuto) e que revoga a Decisão 8/2014	18.7.2019		
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 57/2015 – Disposições gerais de execução que adotam o Guia das deslocações em serviço dos funcionários e outros agentes	1.1.2016	1.4.2019	1 DGE
		Decisão 13/2019 relativa às disposições gerais de execução que adotam o Guia das deslocações em serviço e das viagens autorizadas dos funcionários e outros agentes do Secretariado-Geral do Conselho e de outras pessoas equiparadas, e que revoga a Decisão 57/2015	1.4.2019		

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Disposições gerais de execução relativas aos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativo à transferência dos direitos de pensão	1.12.2011		1 DGE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
Título II – Agentes temporários					
Capítulo III – Condições de admissão					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 15/2014 relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV – Agentes contratuais					
Capítulo I – Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011 (publicada como anexo da Comunicação ao pessoal 61/11, em 23.6.2011)	1.1.2014		1 DGE

Capítulo III – Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011 (publicada como anexo da Comunicação ao pessoal 61/11, em 23.6.2011)	1.1.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 7/14 que adota disposições gerais de execução relativas aos procedimentos de admissão e utilização de agentes contratuais, e que revoga a Decisão de 16 de junho de 2011 (publicada como anexo da Comunicação ao pessoal 61/11, em 23.6.2011)	1.1.2014		0

Capítulo IV – Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A					
87.º	Classificação dos agentes contratuais	Decisão 55/2014 relativa à classificação dos agentes contratuais no grau superior do mesmo grupo de funções	24.10.2014	21.5.2019	1 RE
		Decisão 30/2019 relativa à classificação dos agentes contratuais no grau superior do mesmo grupo de funções e que revoga a Decisão 55/2014	21.5.2019		

COMISSÃO EUROPEIA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	C(1998)2765/1 – Código de Boas Práticas para a Contratação de Pessoas com Deficiência (última redação dada pela Decisão C(2003) 4362 da Comissão)	15.9.1998		1 RE
		C(2004)1318 Decisão da Comissão relativa à execução do artigo 1.º-D, n.º 4 do Estatuto dos Funcionários	1.5.2004		1 RE
1.º-E, n.º 1	Medidas de natureza social	C(2013)4876 Decisão da Comissão, de 7.8.2013, sobre as orientações relativas à assistência domiciliar ou a crianças doentes	9.8.2013		1 RE
1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	C(2003)1670/3 Decisão da Comissão relativa à proteção dos funcionários contra os efeitos do fumo do tabaco nos edifícios da Comissão	1.5.2004		1 RE
		C(2006)1623 Decisão da Comissão que estabelece uma política harmonizada em matéria de saúde e segurança no trabalho para todo o pessoal da Comissão	26.4.2006		1 RE
2.º	Poderes das AIPN	C(2013)3288 Decisão da Comissão relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários às AIPN e pelo Regime aplicável aos outros agentes às EHCA (última redação dada pela C(2016)1881 final) (última redação dada pela C(2019) 9435 final de 23.12.2019)	9.10.2013		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	C(2013)8979 – Decisão da Comissão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		1 RE
		C(2016) 3214 final relativa à função de conselheiro	8.6.2016		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	C(2013)8979 – Decisão da Comissão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		0
7.º + Anexo X (artigo 2.º)	Transferência	C(2008)3983 – Decisão da Comissão relativa ao estabelecimento de regras relativas à rotação dos funcionários nas Representações	31.7.2008		1 RE
		C(2009)7839 final que estabelece regras de execução em relação à ocupação temporária de lugares de gestão	20.10.2009		1 RE
		C(2019) 8633 – Decisão da Comissão que estabelece regras de execução relativas às transferências periódicas dos funcionários colocados nas delegações por procedimento específico (procedimento de mobilidade)	29.11.2019		1 RE
9.º	Comités	Regras que estabelecem a composição e o funcionamento do Comité do Pessoal de 22.10.1997	23.12.1997		1 RE
		C(2011) 3588 final relativa aos recursos humanos e financeiros do Comité do Pessoal da Comissão Europeia	27.5.2011		1 RE
		C(2005)2665 relativa ao reforço do diálogo social na Comissão através de comissões paritárias	15.7.2005		1 RE

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

11.º a 21.º	Ética e integridade	Notificação administrativa 24-2016 – Orientações para os funcionários sobre a utilização dos serviços da Comissão no domínio das tecnologias da informação e da comunicação	18.5.2016		1 RE
		Notificação administrativa 34-2011 – Orientações sobre as redes sociais para todos os funcionários	19.8.2011		1 RE
		Comunicação Administrativa 7-2012 – Orientações relativas a ofertas e à hospitalidade	20.4.2012		1 RE
12.º-A	Assédio	C(2006) 1624/3 Decisão da Comissão relativa à política da Comissão Europeia destinada a proteger a dignidade da pessoa e prevenir o assédio psicológico e sexual	27.4.2006		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	C(2013) 9037 Decisão da Comissão relativa às atividades e funções externas	1.1.2014	29.6.2018	1 RE
		C(2018) 4048 final relativa às atividades e funções externas, e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	29.6.2018		
22.º	Responsabilidade financeira	SEC(2004)730/5 Orientações para a aplicação do artigo 22.º do Estatuto dos Funcionários (Responsabilidade financeira dos funcionários)	9.6.2004		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Notificação administrativa 16-2013 – Comunicação do Vice-Presidente Šefčovič à Comissão relativa às orientações sobre denúncias	6.12.2012		1 RE
		C(2016) 3827 – Decisão da Comissão que revoga as regras existentes relativas à aprendizagem e ao desenvolvimento	24.6.2016		1 RE
24.º-A	Formação	C(2016) 3829 final – Comunicação da Comissão sobre a Estratégia de Aprendizagem e Desenvolvimento da Comissão Europeia e a Decisão de execução C(2016)3828 final e a Decisão de 24.6.2016 relativa às regras de acesso à formação, em aplicação da estratégia de aprendizagem e desenvolvimento da Comissão Europeia	24.6.2016		1 RE
		C(2016) 3855 final – Decisão da Comissão relativa à formação por iniciativa própria do funcionário	24.6.2016		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	C(2013) 8970 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução em relação aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.1.2014		1 DGE
29.º	Nomeação de funcionários superiores	Orientações para os serviços da Comissão sobre os procedimentos de nomeação de funcionários superiores	1.10.2008		1 RE
		C(2007) 380 – Decisão da Comissão que estabelece as regras de procedimento para o comité consultivo sobre nomeações	7.2.2007		1 RE
	Quadros médios	C(2016) 3288 Decisão da Comissão relativa aos quadros médios	16.6.2016		1 RE
38.º	Destacamentos	SEC(2002) 146 Orientações sobre mobilidade (alteradas pela C(2003) 3985 – Modificação das orientações sobre mobilidade)	12.2.2002		1 RE
		C(2013) 5554 final Orientações sobre mobilidade externa	3.9.2013		1 RE
		C(2013) 5555 final Aspectos administrativos sobre mobilidade externa	3.9.2013		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário					
Secção III – Licença sem vencimento					
40.º	Licença sem vencimento	C(2013) 9054 Decisão da Comissão relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e dos agentes contratuais da União Europeia	1.1.2014		1 RE

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família					
42.º-A	Licença parental	C(2010) 7572 Decisão da Comissão relativa às disposições gerais para execução do artigo 42.º-A do Estatuto dos Funcionários relativo à licença parental	1.1.2011		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	C(2010) 7494 Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução do artigo 42.º-B do Estatuto dos Funcionários relativo à licença para assistência à família	1.1.2011		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções					
43.º - 44.º, n.º 1	Relatório anual	C(2013) 8985 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para execução do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 44.º, n.º 1, do Estatuto dos Funcionários (última redação dada pela Decisão C(2016) 7270)	1.1.2014		1 DGE
44.º, n.º 1	Subida de escalão	C(2014) 2226 Decisão da Comissão sobre disposições gerais de aplicação do artigo 87.º, n.º 1, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia e de aplicação do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários	7.4.2014		0
44.º, n.º 2 – 46.º	Confirmação no lugar de gestão	C(2004) 1891 – Decisão da Comissão relativa à aplicação dos artigos 44.º, n.º 2, e 46.º, do Estatuto dos Funcionários e do artigo 7.º, n.º 4, do anexo XIII do Estatuto dos Funcionários	19.5.2004		1 RE
45.º	Promoção	C(2013)8968 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para execução do artigo 45.º do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 DGE
45.º-A	Certificação	C(2013)6859 Decisão da Comissão de 22.10.2013 relativa às disposições gerais para execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	29.10.2013		1 DGE

Capítulo IV – Cessação de funções					
Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	C(2004) 1597/7 Decisão da Comissão relativa à manutenção do profissionalismo individual	1.5.2004		1 RE
		C(2019) 6855 final sobre os procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	4.10.2019		

Secção VI – Títulos honorários					
54.º	Títulos honorários	C(2012) 3192 Decisão da Comissão relativa à atribuição de títulos honorários	7.6.2012		1 RE

TÍTULO IV – Condições de trabalho dos funcionários					
Capítulo I – Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	C(2014) 2502 Decisão da Comissão relativa ao horário de trabalho	1.6.2014		1 RE
55.º	Teletrabalho	C(2015) 9151 final – Decisão da Comissão relativa à implementação do teletrabalho nos departamentos da Comissão	1.1.2016		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	C(2015)9720 final – Decisão da Comissão relativa ao artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários e ao anexo IV-A do referido estatuto em relação ao trabalho a tempo parcial	9.1.2016		1 RE
55b	Trabalho partilhado	C(2004)1314 Decisão da Comissão relativa ao artigo 55.º-B do Estatuto dos Funcionários relativo ao trabalho partilhado	1.5.2004		1 RE
56.º	Horas extraordinárias	C(2004) 1318/5 Decisão da Comissão relativa às funções dos condutores da Comissão (com a última redação que lhe foi dada pelo C(2019) 7822 final de 30.10.2019)	1.5.2004		1 RE

		C(1986)0905/6 – Decisão da Comissão relativa às horas extraordinárias dos funcionários e agentes C dos Gabinetes	1.5.1985		1 RE
--	--	--	----------	--	------

Capítulo II – Interrupções de serviço					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	C(2013) 9051 Decisão da Comissão relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
		C(2013) 9035 final relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais colocados em países terceiros (artigo 7.º, segundo parágrafo, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto	C(2013) 9051 Decisão da Comissão relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		0
59.º a 60.º	Falta por doença	C(2004) 1597/11 Decisão da Comissão que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	1.5.2004		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigos 1.º a 3.º)	Prestações familiares	C(2004) 1364/4 Decisão da Comissão – Disposições Gerais de Execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º, n.º 2, alínea d))	Abono de lar por decisão especial	C(2004) 1364/1 – Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	16.4.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	C(2004)1364/2 – Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo (anexo VII, artigo 2.º, n.º 4, do Estatuto dos Funcionários)	1.6.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	C(2013) 8971 Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE

Secção III – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (7.º a 8.º)	Despesas de viagem	C(2013) 8987 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	C(2013) 8982 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (7.º a 9.º e 11.º a 13.º-A)	Despesas de mudança de residência	C(2013) 9040 final sobre disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
		C(2002) 98 que fixa os montantes do subsídio de subsistência diário e os limites máximos de reembolso das despesas com hotéis relativamente a deslocações fora da UE	24.1.2002		1 RE
	Despesas de deslocação em serviço	C(2008) 6215 – Disposições gerais de execução que adotam o Guia das deslocações em serviço	1.1.2009	28.9.2017	1 DGE
		C(2017)5323 final relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º, 12.º e 13.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários (despesas de deslocação em serviço) e às viagens autorizadas – Guia das deslocações em serviço e das viagens autorizadas	28.9.2017		

Capítulo II – Segurança social					
72.º	Reembolso de despesas médicas	C(2007) 3195 Decisão da Comissão que estabelece disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas médicas, com a última redação que lhe foi dada pela C(2019) 2084 final de 25.3.2019	1.7.2007		1 DGE

76.º	Empréstimos e ajudas financeiras por razões de ordem social	C(2008) 6610 final relativa à reorganização da Comissão Consultiva Paritária para os empréstimos e as ajudas financeiras por razões de ordem social – anteriormente Comissão Consultiva para os empréstimos e as ajudas financeiras por razões de ordem social – e a revisão das regras relativas às condições e aos procedimentos para a concessão dessa assistência excecional	12.11.2008		1 RE
------	--	--	------------	--	------

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (art. 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	C(2004) 1364 Decisão da Comissão relativa a disposições gerais de execução do artigo 4.º do anexo VIII do Estatuto dos Funcionários relativo à consideração, para efeitos de cálculo dos direitos de pensão, dos períodos de atividade previamente concluídos pelos funcionários antes de regressarem ao ativo	1.5.2004		1 DGE
71.º + Anexo VIII (art. 9.º)	Reforma antecipada	C(2004) 1588 final/5 Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução relativas à reforma antecipada dos funcionários e agentes temporários sem redução dos direitos de pensão (com a última redação que lhe foi dada pela	1.5.2004		1 DGE
77.º + Anexo VIII (11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	C(2004) 1588 final/2 relativa às disposições gerais de execução do artigo 26.º do anexo XIII do Estatuto dos Funcionários, relativo à transferência de direitos de pensão	1.5.2004		1 DGE
		C(2011) 1278 final sobre disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	1.4.2011		1 DGE

Título VI – Medidas disciplinares					
86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e inquéritos administrativos	C(2004) 1588 Decisão da Comissão – Disposições gerais de execução relativas à realização de inquéritos administrativos e instauração de processos disciplinares (última redação dada pela Decisão C(2010) 8180 final)	28.4.2004	12.6.2019	1 DGE
		C(2019) 4231 final que estabelece disposições gerais de execução relativas à realização dos inquéritos administrativos e instauração de processos disciplinares	12.6.2019		

Título VIII-A – Disposições especiais aplicáveis ao SEAE					
96.º	Gestão das delegações da UE	JOIN(2012) 8 final – Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre mecanismos de cooperação em matéria de gestão das delegações da União Europeia	11.10.2012		1 RE

Título VIII-B + Anexo X – Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos funcionários colocados num país terceiro					
Anexo X					
Capítulo I – Disposições gerais					
Anexo X (1.º, 25.º)	Disposições gerais	Decisão da Comissão C(2005) 1871 sobre as disposições gerais de execução relativas à cobertura do risco de acidente do parceiro, filhos ou outros dependentes de um funcionário, agente temporário ou agente contratual das Comunidades Europeias colocado num país terceiro	16.5.2005		1 DGE
Anexo X (artigo 2.º)	Mobilidade	Decisão da Comissão C(2016) 5376 final relativa à mobilidade do pessoal da Comissão Europeia em serviço nas delegações da União Europeia	30.8.2016		1 RE
		C(2019) 8633 – Decisão da Comissão que estabelece regras de execução relativas às transferências periódicas dos funcionários colocados nas delegações por procedimento específico (procedimento de mobilidade)	29.11.2019		0

Capítulo II – Obrigações					
101.º-A + Anexo X (artigos 5.º, 23.º)	Alojamento	C(2013)8965 Decisão da Comissão de 16.12.2013 relativa às regras para execução da política de alojamento nas delegações da UE	1.1.2014		1 RE

Capítulo III – Condições de trabalho					
101.º-A + Anexo X (artigo 8.º)	Períodos de recuperação	C(2013)9027 Decisão da Comissão relativa à gestão dos períodos de recuperação nos termos do artigo 8.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 RE

Capítulo IV – Regime pecuniário e regalias sociais					
Secção I – Regime pecuniário e prestações familiares					
101.º-A + Anexo X (artigo 10.º)	Subsídio de condições de vida	C(2013)9032 Decisão da Comissão sobre o subsídio de condições de vida e o subsídio adicional a que se refere o artigo 10.º do anexo X, do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014		1 RE
101.º-A + Anexo X (12.º a 13.º)	Moeda e coeficiente de correção	C(2004)1597/1 relativa à adaptação dos coeficientes de correção e às taxas de câmbio correspondentes referidos nos artigos 12.º e 13.º do anexo X	1.5.2004		1 RE
101.º-A + Anexo X (artigo 16.º)	Reembolsos dos funcionários colocados em países terceiros	C(2013) 8990 relativa aos reembolsos devidos aos funcionários colocados em países terceiros	1.1.2014		1 RE

Secção II – Normas relativas ao reembolso das despesas					
101.º-A + Anexo X (artigo 22.º)	Subsídio de alojamento temporário e custo de transporte	Decisão da Comissão C(2004) 1597/2 relativa à aplicação do artigo 22.º do anexo X relativo à recuperação do subsídio de alojamento temporário e do custo de transporte dos bens pessoais do cônjuge e dependentes	1.5.2004		1 RE

Secção III – Segurança social					
Anexo X (artigo 24.º)	Seguro de doença	Notificação administrativa 642 – Decisão da Comissão sobre disposições gerais de execução do artigo 24.º, n.ºs 1 e 2, do anexo X	17.9.1990		1 DGE
101.º-A (artigo 25.º)	Seguro contra acidentes	Decisão da Comissão C(2005)1871 sobre disposições gerais de execução relativas à cobertura do risco de acidente dos cônjuges, filhos e outros dependentes de um funcionário, um agente temporário ou um agente contratual das Comunidades Europeias colocado num país terceiro	16.5.2005		0

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II – Agentes temporários					
Capítulo I – Disposições gerais					
8.º	Política geral de admissão e utilização de agentes temporários	C(2013)9049 final sobre políticas de admissão e utilização de agentes temporários	1.1.2014		1 RE

Capítulo III – Condições de admissão					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	C(2013)9020 final Decisão da Comissão relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato (artigos 17.º e 91.º do Regime aplicável aos outros agentes)	1.1.2014		1 RE

Capítulo VI – Segurança social					
39.º	Reforma antecipada	C(2004) 1588 final/5 Decisão da Comissão relativa às disposições gerais de execução relativas à reforma antecipada dos funcionários e agentes temporários sem redução dos direitos de pensão (com a última redação que lhe foi dada pela C(2006) 3581 de 10.8.2006)	1.5.2004		0

Título IV – Agentes contratuais

Capítulo I – Disposições gerais

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	C(2004)1597/6 final Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão (última redação dada pela C(2019) 2548 final de 5.4.2019)	1.5.2004		1 RE
		C(2011) 1264 final sobre disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 79.º, n.º 2, do regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B (última redação dada pela C(2013)8967 final)	2.3.2011	1.11.2017	1 DGE
		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		

Capítulo III – Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos Agentes contratuais	C(2004) 1597/6 final Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão (última redação dada pela C(2019) 2548 final de 5.4.2019)	1.5.2004		0
		C(2011) 1264 final sobre as disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 79.º, n.º 2, do regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B (última redação dada pela C(2013) 8967 final)	2.3.2011	1.11.2017	0
		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	C(2004) 1597/6 final Decisão da Comissão relativa à duração máxima do recurso a pessoal não permanente nos serviços da Comissão (última redação dada pela C(2013)9028 final de 16.12.2013)	1.5.2004		0
		C(2011) 1264 final sobre as disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 79.º, n.º 2, do regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B (última redação dada pela C(2013) 8967 final)	2.3.2011	1.11.2017	0
		C(2017) 6760 final que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia, que rege o regime aplicável aos agentes contratuais contratados pela Comissão nos termos dos artigos 3.º-A e 3.º-B	1.11.2017		

Capítulo IV – Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A

87.º	Avaliação dos agentes contratuais	C(2013) 2529 Decisão da Comissão sobre as disposições gerais de execução do artigo 87.º, n.º 3, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia (última redação dada pela Decisão da Comissão C(2014) 2222 que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 87.º, n.º 3, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia)	2.9.2013		1 DGE
		C(2014) 2226 Decisão da Comissão sobre disposições gerais de aplicação do artigo 87.º, n.º 1, do Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia e de aplicação do artigo 44.º, primeiro parágrafo, do Estatuto dos Funcionários	7.4.2014		1 DGE

Capítulo XI – Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos agentes contratuais colocados num país terceiro

118.º	Mobilidade	C(2016) 5378 Decisão da Comissão relativa à mobilidade dos agentes contratuais da Comissão Europeia colocados nas delegações da União Europeia	30.8.2016		1 RE
-------	-------------------	--	-----------	--	-------------

Título V – Agentes locais

120.º	Condições de contratação	Regras da Comissão que estabelecem as condições de contratação dos agentes locais colocados em escritórios e delegações na União Europeia	30.9.2002		1 RE
121.º	Segurança social	C(2015) 3451 Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança relativa à gestão administrativa e financeira dos ativos dos regimes criados para criar sistemas autónomos ou complementares de segurança social para os agentes locais nas delegações da União	28.5.2015		1 RE

Título VI – Consultores especiais

5.º +123.º +124.º	Consultores especiais	C(2007)6655 Regras relativas aos consultores especiais da Comissão	14.12.2007		1 RE
		C(2016)1962 Decisão da Comissão de 31.3.2016 relativa à nomeação dos consultores especiais	1.4.2016		1 RE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-E, n.º 2	Saúde e segurança	Decisão do Secretário relativa à nomeação de trabalhadores que lidam com a proteção e prevenção de riscos profissionais	15.11.2016		1 RE
--------------	-------------------	---	------------	--	------

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

2.º	Poderes da AIPN – Tribunal de Justiça	Decisão do Tribunal de Justiça relativa aos poderes das AIPN (última redação dada pela Decisão de 21 de junho de 2016 relativa aos poderes das AIPN)	4.5.2004		1 RE
		Decisão do Tribunal de Justiça, de 4 de maio de 2004, relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à autoridade investida do poder de nomeação e ao Regime aplicável aos outros agentes à entidade habilitada a celebrar contratos de admissão	4.5.2004	5.2.2019	1 RE
		Decisão do Tribunal de Justiça, de 5 de fevereiro de 2010, que altera a Decisão de 4 de maio de 2004 relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à autoridade investida do poder de nomeação e ao Regime aplicável aos outros agentes à entidade habilitada a celebrar contratos de admissão	5.2.2019		
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça, de 11 de outubro de 2010, relativa à delegação de assinatura (última redação dada pela Decisão de 14 de maio de 2014)	11.10.2010		1 RE
		Decisão do Tribunal de Justiça que delega determinados poderes das AIPN à Comissão Europeia	21.6.2016		1 RE
		Decisão do Presidente do Tribunal de Justiça, de 13 de janeiro de 2017, relativa à delegação de poderes das AIPN	13.1.2017		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça, de 21 de junho de 2017, relativa à delegação de assinatura	21.6.2017		1 RE
2	Poderes da AIPN – Tribunal Geral	Decisão do Tribunal Geral, de 22 de setembro de 2014, relativa aos poderes das AIPN (última redação dada pela Decisão de 14 de Dezembro de 2016)	22.9.2014		1 RE
		Decisão do Tribunal Geral que cria um comité para determinados poderes das AIPN	22.9.2014		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal Geral relativa à delegação de poderes das AIPN	22.9.2014	11.12.2019	1 RE
		Decisão do Tribunal Geral, de 11 de dezembro de 2019, que altera a Decisão do Tribunal Geral, de 22 de setembro de 2014, que determina a autoridade investida do poder de nomeação e a entidade habilitada a celebrar contratos de admissão dos funcionários e outros agentes afetados ao Tribunal Geral	11.12.2019		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão que determina os critérios gerais de classificação dos funcionários nos graus AD9 a AD14 com responsabilidades especiais em relação do lugar-tipo de «chefe de unidade» ou equivalente ou «conselheiro» ou equivalente	17.11.2014		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	Decisão que determina os critérios gerais de classificação dos funcionários nos graus AD9 a AD14 com responsabilidades especiais em relação do lugar-tipo de «chefe de unidade» ou equivalente ou «conselheiro» ou equivalente	17.11.2014		1 RE

22.º-A a C	Denúncias	Decisão do comité administrativo sobre as regras relativas à informação e proteção dos denunciantes	22.2.2016		1 RE
		Decisão do comité administrativo, de 25 de setembro de 2017, que adota um quadro geral para a execução das denúncias	25.9.2017	11.6.2018	1 RE
		Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 11 de junho de 2018, que altera a Decisão de 25 de setembro de 2017 que adota um quadro geral de execução das denúncias	11.6.2018		
		Decisão do Tribunal de Justiça, de 12 de julho de 2011, relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União Europeia	12.7.2011	6.3.2018	1 RE
		Decisão do Tribunal de Justiça, de 6 de março de 2018, que altera a Decisão de 12 de julho de 2011 relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União Europeia	6.3.2018		

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º – 34.º	Recrutamento	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando da nomeação dos funcionários ou admissão de agentes temporários (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	12.5.2004		1 DGE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 260/13 do Colégio dos Chefes de Administração sobre a comunicação dos dados médicos dos candidatos a emprego entre as instituições	11.12.2017		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 270/15 do Colégio dos Chefes de Administração sobre o período de estágio em caso de alteração do grau ou do grupo de funções de um funcionário na sequência de um concurso interno ou geral	11.12.2017		1 RE
		Decisão do Comité Administrativo do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 3 de junho de 2018, relativa aos estágios	3.6.2018		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça relativa aos direitos pecuniários dos assistentes	13.12.2018		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 272/15 do Colégio dos Chefes de Administração relativa à reintegração na sequência de um período de licença sem vencimento em caso de doença de um funcionário ou agente	11.12.2017		1 RE
------	------------------------	---	------------	--	------

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à licença parental	12.5.2004		1 DGE
--------	------------------	---	-----------	--	-------

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Decisão do Tribunal de Justiça que estabelece disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	18.10.2000		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão relativa às promoções	19.10.2005		1 RE
		Decisão sobre os limiares relativos ao exercício de promoção de 2019	30.9.2019		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 45.º-A	15.6.2005		1 DGE

Capítulo IV – Cessação de funções					
Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional					
51.º	Insuficiência profissional	Decisão relativa ao procedimento respeitante à insuficiência profissional	1.1.2014		1 RE

Título IV – Condições de trabalho do funcionário					
Capítulo I – Duração do trabalho					
55.º	Horário de trabalho	Decisão relativa ao horário de trabalho	30.9.2009		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	Decisão do Comité Administrativo, de 27 de janeiro de 2010, relativa à execução do teletrabalho (com a última redação que lhe foi dada pela Decisão de 20 de maio de 2019)	27.1.2010		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça, de 19 de dezembro de 2017, que estabelece os serviços e/ou as categorias de agentes autorizados a participar no regime de teletrabalho	19.12.2017		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça, de 19 de dezembro de 2017, relativa à delegação de poderes em matéria de teletrabalho	19.12.2017		1 RE
		Decisão do Diretor-Geral da Administração relativa à delegação de poderes em matéria de teletrabalho	14.2.2018		1 RE
	Teletrabalho ocasional	Decisão do Comité Administrativo, de 20 de maio de 2019, que institui o regime de teletrabalho ocasional	20.5.2019		1 RE

Capítulo II – Interrupções de serviço					
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Regras internas – compensação em relação às horas extraordinárias (artigos 55.º a 56.º-B e anexo VII)	1.5.2014		1 RE
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça relativa às regras relativas às interrupções de serviço (última redação dada pela Decisão de 23 de janeiro de 2015)	26.5.2005		1 RE
58.º	Licença de parto				
Art. 6.º do anexo V	Interrupção de serviço especial	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 269/15 do Colégio dos Chefes de Administração sobre a interrupção de serviço especial por doença muito grave de um filho	11.12.2017		1 RE
		Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 271/15 do Colégio dos Chefes de Administração sobre a interrupção de serviço especial por doença grave do cônjuge ou de um ascendente	11.12.2017		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (última redação dada pela Decisão de 27 de janeiro de 2014)	12.5.2004		1 DGE
Anexo VII (artigo 3.º)	Abono de lar	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça que dá execução à Conclusão 244/15 do Colégio dos Chefes de Administração sobre o abono de lar – determinação do nível de rendimento profissional do cônjuge ou parceiro legal considerado como cônjuge	11.12.2017		1 RE
Anexo VII (artigo 2.º, n.º 2)	Filhos dependentes	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça relativa à adoção da Conclusão 274/15 revista do Colégio dos Chefes de Administração sobre o conceito de sustento efetivo de um filho a cargo de um membro do pessoal	11.12.2017		1 RE

Secção II – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigo 7.º)	Local de origem	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 7.º, n.º 3, do anexo VII	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (art. 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE

71.º + Anexo VII (11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de viagem	12.5.2004		1 DGE
----------------------------------	--	--	-----------	--	--------------

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	17.10.2011		1 DGE
53.º + Anexo VIII (artigo 15.º)	Invalidez	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça relativa à execução da Conclusão n.º 273/15 do Colégio dos Chefes de Administração sobre o exame médico após declaração de invalidez	11.12.2017		1 RE

Título VI – Medidas disciplinares					
86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e investigações administrativas	Decisão aplicável às regras relativas às investigações administrativas	12.7.2011		1 DGE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II – Agentes temporários					
Capítulo I – Disposições gerais					
10.º + 80.º, n.º 4	Medidas de natureza social	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça, de 15 de dezembro de 2017, relativa à concessão de assistência social aos agentes da instituição cuja remuneração é inferior ao salário social mínimo no Luxemburgo	15.12.2017		1 RE
Capítulo VI – Secção C + Anexo VIII – Pensões e subsídio por cessação de funções					
39.º + art. 28.º do Anexo XIII	Direitos de pensão dos agentes temporários ou contratuais	Decisão do Secretário do Tribunal de Justiça relativa à execução das Conclusões do Colégio dos Chefes de Administração n.º 268/15 sobre o ajustamento atuarial dos direitos adquiridos na qualidade de agente temporário ou de agente contratual	11.12.2017		1 RE

Título IV - Agentes contratuais					
Capítulo I – Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		1 DGE

Capítulo III – Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão e utilização de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão e utilização de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0

TRIBUNAL DE CONTAS

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1d	Igualdade de oportunidades	Decisão 116/12 – Política de igualdade de oportunidades no TCE: plano de ação 2013-2017	29.11.2012	2017	1 RE
		Decisão 005/18 – A política de igualdade de oportunidades do TCE – Plano de ação 2018-2020	22.3.2018		
2	Poderes da AIPN	Decisão 29-2015 relativa ao exercício dos poderes conferidos à AIPN pelo Estatuto dos Funcionários e à EHCA pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes	4.9.2015		1 RE
		Decisão 51/2015 relativa à delegação de poderes às AIPN/EHCA para a execução do acordo entre o Tribunal de Contas e o Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais (PMO)	1.1.2016	18.12.2017	1 RE
		Decisão 40/2017 relativa à delegação de determinados poderes conferidos à autoridade investida do poder de nomeação/EHCA com vista à execução do acordo de prestação de serviços entre o Tribunal de Contas e o Gabinete de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais (PMO)	18.12.2017		
5.º + Anexo I e Anexo XIII (Art. 30.º a 31.º)	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão 21-2015 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2016		1 RE
	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015				
9.º + Anexo II Anexo IX, secção II	Comités	Decisão 17-2016 relativa à criação de uma comissão paritária	1.5.2016	9.5.2017	1 RE
		Decisão 23-2016 que estabelece uma Comissão Paritária para a Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho	12.4.2016		1 RE
		Decisão 31-2017 que estabelece uma Comissão Paritária para a Saúde, Segurança, Restauração e Bem-Estar no Trabalho	10.5.2017		
		Decisão 26-2018 relativa ao mandato e composição da Comissão Paritária para a Igualdade de Oportunidades	18.6.2018		1 RE
		Decisão 62-2011 que nomeia o presidente, os membros e o secretário da Comissão Disciplinar, bem como os funcionários que podem fazer parte da referida comissão	16.11.2011	18.4.2018	1 RE
		Decisão 24-2018 que institui uma Comissão Disciplinar alargada	18.4.2018		

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

12.º-A e 24.º	Assédio sexual e moral	Decisão do Tribunal de Contas 61-2006 relativa à proteção das pessoas que trabalham no Tribunal de Contas contra o assédio (com a última redação que lhe foi dada pela Decisão 095/08 de 4.11.2008)	13.11.2006	6 de abril de 2017	1 RE
		Decisão 26-2017 relativa à política para manter um ambiente de trabalho satisfatório e combater o assédio psicológico e sexual	6.4.2017		
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Notificação do Pessoal 13/2015 relativa às atividades externas	21.10.2015		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Regras sobre o procedimento a seguir para fornecimento de informações em caso de irregularidades graves («denúncias»)	31.10.2014		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão 71-2016 que estabelece regras internas relativas à formação profissional	15.11.2016		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º – 34.º	Recrutamento	Decisão 6-/2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.1.2014		1 DGE
-------------	--------------	---	----------	--	-------

		Notificação ao Pessoal 17/2016 Período de estágio aplicável aos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais	1.3.2016		1 RE
29.º, n.º 2 - 34.º - 46.º	Recrutamento de funcionários superiores (AD e AST)	Decisão 30-2015 relativa à nomeação de administradores superiores	3.9.2015		1 RE
		Decisão 32-2015 relativa à nomeação de assistentes superiores	3.9.2015		1 RE
		Decisão 31-2015 relativa aos procedimentos de seleção dos principais gestores e diretores	4.9.2015		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção II – Destacamento

37.º + 10.º ROA + 15.º ROA	Destacamento para um gabinete	Decisão 6-2004 relativa ao processo de recrutamento de pessoal para os gabinetes dos membros	15.1.2004		1 RE
		Decisão 59-2004 do Tribunal que estabelece os critérios aplicáveis à classificação em grau e escalão do pessoal afetado aos gabinetes dos membros do TCE	16.7.2004		1 RE
		Decisão 27-2015 relativa aos benefícios para os secretários que trabalhem diretamente para os membros do Tribunal de	1.1.2014		1 RE

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Decisão 31-2016 que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	3.6.2016		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 32-2016 relativa ao artigo 42.º-B relativo à licença para assistência à família	3.6.2016		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Decisão 39-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à execução dos artigos 43.º, 44.º, primeiro parágrafo, e 52.º - Procedimento de avaliação periódica do pessoal - COMPASS - sistema de avaliação das competências e do desempenho - Procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	9.10.2014		1 DGE
44.º, n.º 1	Subida de escalão				
45.º	Promoção	Decisão 53-2014 relativa às promoções	11.12.2014		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão 30-2016 que estabelece regras para a execução do artigo 45.º-A (procedimento de certificação para a transferência de um grupo de funções para outro)	30.6.2016		1 RE

Capítulo IV – Cessação de funções

Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional

51.º	Insuficiência profissional	Decisão 39-2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à execução dos artigos 43.º, 44.º, primeiro parágrafo, e 52.º - Procedimento de avaliação periódica do pessoal - COMPASS - sistema de avaliação das competências e do desempenho - Procedimentos para lidar com a insuficiência profissional	9.10.2014		0
------	-----------------------------------	--	-----------	--	----------

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Decisão 63-2013 relativa ao trabalho flexível	2013	1.3.2019	1 RE
		Decisão 40-2018 relativa ao horário de trabalho	1.3.2019		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 23-2014 que estabelece regras para a execução do artigo 55.º-A e do anexo IV-A do Estatuto dos Funcionários relativos ao	1.1.2014		1 RE
	Teletrabalho	Decisão 12-2013 sobre as modalidades de trabalho no domicílio dos tradutores da Direção da Tradução	2013	9.2.2017	1 RE
		Decisão 11-2017 relativa ao teletrabalho nos Serviços Linguísticos e de Tradução	9.2.2017		1 RE
		Decisão 2-2015 relativa à implementação do teletrabalho para os auditores	15.1.2015	1.6.2019	
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 41-2018 relativa ao teletrabalho	1.6.2019		
		Decisão 27-2015 relativa aos benefícios para os secretários que trabalhem diretamente para os membros do Tribunal de Contas	1.1.2014		1 RE

		Decisão 46-2016 relativa ao pagamento aplicável a condições de trabalho especiais (artigo 3.º do anexo VI)	1.9.2016	1.6.2019	1 RE
		Decisão 7-2019 relativa ao pagamento de subsídios fixos por condições especiais de trabalho	1.6.2019		

Capítulo II – Interrupções de serviço					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Notificação do Pessoal 44/2014 – Guia sobre interrupções de serviço	16.10.2014		1 RE
59.º, n.º 6	Exame médico anual	Decisão 53-2016 relativa aos exames oftalmológicos realizados ao abrigo de uma política de medicina preventiva	28.6.2016	15.10.2017	1 RE
		Decisão 48-2017 relativa aos exames oftalmológicos realizados ao abrigo de uma política de medicina preventiva e reembolso de óculos para trabalho	15.10.2017		

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Decisão 4-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.1.2014		1 DGE

Secção II – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 2-2014 que estabelece disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 3-2014 que estabelece disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 5-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 60-2004 que estabelece disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de deslocações em serviço	1.9.2004		1 DGE
		Decisão 35/1990 relativa à regulamentação do reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos dos concursos gerais e dos candidatos aprovados em concursos convocados para a entrevista e/ou o exame médico	2.5.1990	1.11.2019	1 RE
		Decisão 44/1996 relativa à regulamentação do reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos dos concursos gerais e dos candidatos aprovados em concursos convocados para a entrevista e/ou o exame médico	1.4.1996	1.11.2019	
		Decisão 34/1997 que altera a Decisão 35/90 relativa à regulamentação do reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos dos concursos gerais e dos candidatos aprovados em concursos convocados para a entrevista e/ou o exame médico	1.8.1997	1.11.2019	
		Decisão 68/2008 que altera a Decisão 35/90 relativa à regulamentação do reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos dos concursos gerais e dos candidatos aprovados em concursos convocados para a entrevista e/ou o exame médico	1.3.2008	1.11.2019	
		Decisão 50/2019 relativa às regras relativas ao reembolso das despesas de viagem e de estadia dos candidatos convocados para provas organizadas no âmbito de um concurso ou de um anúncio de vaga, ou para uma entrevista ou exame médico	1.11.2019		

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 69-2011 relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	30.11.2011		1 DGE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II – Agentes temporários					
--	--	--	--	--	--

Capítulo I – Disposições gerais					
12.º, n.º 5	Procedimentos de recrutamento dos agentes temporários	Decisão 34-2014 que estabelece regras aplicáveis à seleção e ao recrutamento dos agentes temporários	18.9.2014		1 RE

Título IV - Agentes contratuais					
Capítulo I – Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 9-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		1 DGE

Capítulo III – Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 9-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 9-2014 relativa às disposições gerais de execução relativas à admissão de agentes contratuais (última redação dada pela Decisão de 24 de março de 2014)	15.6.2005		0

SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	PROC EEAS(2011)013 - Decisão do Conselho, de 29 de abril de 2004, que adota disposições gerais de execução relativas ao artigo 1.º-D, n.º 4	22.11.2011		1 DGE
1.º-E, n.º 1	Medidas de natureza social	Decisão C(2013)4876 final da Comissão sobre as orientações relativas à assistência domiciliar ou a crianças doentes	25.4.2013		1 RE
2.º	Poderes da AIPN	HR DEC(2012) 012 relativa à delegação e subdelegação de poderes às AIPN/EHCA dentro do SEAE	18.10.2012		1 RE
		HR DEC(2014) 001 relativa à subdelegação de poderes às AIPN/EHCA dentro do SEAE	7.1.2014		1 RE
		ADMIN (2015) 33 Decisão relativa ao exercício, delegação e subdelegação de poderes relativamente a questões de pessoal, financeiras e administrativas dentro do SEAE	14.9.2015		1 RE
		ADMIN (2015) 35 Decisão relativa ao exercício e à subdelegação de poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes às AIPN/EHCA	15.9.2015		1 RE
		ADMIN (2019) 31 Decisão do Secretário-Geral do SEAE sobre a subdelegação de poderes	15.9.2019		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	PROC EEAS(2011)002 - Decisão da Comissão C(2008)5028 relativa aos quadros intermédios	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011)002 - Decisão da Comissão C(2008)5029 relativa à função de conselheiro	29.11.2011		1 RE
		ADMIN (2018) 2 – Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre os lugares-tipo e títulos das funções	9.2.2018		1 RE
7.º	Transferência	PROC EEAS(2011)002 – Decisão da Comissão C(94) 3895 final relativa à mobilidade	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011)002 – Decisão da Comissão C(2009)7839 final que estabelece regras de execução em relação à ocupação temporária de lugares de gestão	29.11.2011		1 RE
		ADMIN (2015)14 – Decisão do diretor de operações interino do SEAE relativa à organização de um exercício anual de mobilidade interna dos funcionários que pertencem aos grupos de funções AD e AST na sede do SEAE	1.4.2015		1 RE
9.º + Anexo II, art. 1.º	Eleições do Comité do Pessoal	ADMIN(2018)7 – Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa relativa às disposições para a organização de um referendo sobre o procedimento aplicável às eleições para o Comité do Pessoal do SEAE	4.4.2018		1 RE
		ADMIN(2018) 17 – Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa relativa à adoção do novo procedimento eleitoral do Comité de Pessoal do SEAE	9.8.2018		1 RE
		ADMIN(2019) 29 – Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre as regras relativas à composição e ao procedimento do Comité de Pessoal do Serviço Europeu para a Ação Externa	4.11.2019		1 RE

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

12.º-A	Assédio	PROC EEAS(2011)002 - C(2006)1624/3 relativa à política em matéria de assédio	29.11.2011		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	PROC EEAS(2014)009 - Decisão da Comissão C(2013)9037 final relativa às atividades externas e afetações	16.12.2013	1.9.2018	1 RE
		ADMIN(2018)23 – Decisão da Comissão C(2018) 4048 final relativa às atividades e funções externas e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	1.9.2018		
22.º-A a C	Denúncias	PROC EEAS(2011)008 relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União	1.1.2011		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	HR DEC(2014)02 - C(2013)8970 final que estabelece disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou admissão	1.3.2014		1 DGE
-------------	--------------	--	----------	--	-------

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	EEAS DEC (2014)009 - Decisão da Comissão C(2013)9054 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	1.1.2014		1 RE
------	------------------------	---	----------	--	------

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	PROC EEAS (2011)013 - C(2010) 7572 final relativa às disposições gerais de execução do artigo 42.º-A relativo à licença parental	22.11.2011		1 DGE
42.º-B	Licença para assistência à família	PROC EEAS (2011)002 - C(2010) 7494 final relativo ao artigo 42.º-B relativo à licença para assistência à família	29.11.2011		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

Artigo 43.º	Relatório anual	ADMIN(2015) 1 que adota disposições gerais para execução do artigo 43.º e do artigo 44.º, primeiro parágrafo (última redação dada pela ADMIN (2015) 1 REV 1 de 16 de dezembro de 2015)	15.1.2015		1 DGE
44.º	Subida de escalão e grau	ADMIN(2015) 1 que adota disposições de execução do artigo 43.º e do artigo 44.º (última redação dada pela ADMIN (2015) 1 REV 1 de 16 de dezembro de 2015)	15.1.2015		1 DGE
45.º	Promoção	PROC HR(2011) 013 – Decisão do Conselho, de 13 de julho de 1970, que estabelece disposições gerais de execução relativas à data em que começa a antiguidade num grau e à data em que as promoções produzem efeitos	22.11.2011		1 DGE
		ADMIN(2015) 17 relativa a um processo de promoção para aplicação do artigo 45.º [com a última redação que lhe foi dada pela ADMIN(2015) COR de 21 de dezembro de 2015]	28.5.2015		1 RE
		ADMIN(2016)14 – Decisão que adota um procedimento aplicável à promoção e reclassificação de quatro superiores e equivalentes nos graus AD14 e AD15	29.8.2016		1 RE
Artigo 45.º-A	Certificação	ADMIN(2016) 25 – Decisão da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que adota disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários relativo à certificação	14.12.2016		1 DGE

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	EEAS DEC(2014) 032 – C(2014) 2502 – Decisão relativa ao horário de trabalho	1.7.2014		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	ADMIN (2016) 12 - C(2015) 9720 final de 8 de janeiro de 2016 relativa ao trabalho a tempo parcial	1.7.2016		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	ADMIN (2016) 12 - C(2015) 9151 final de 17 de dezembro de 2015 relativa à implementação do teletrabalho	1.7.2016		1 RE

Capítulo II – Interrupções de serviço					
57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	EEAS DEC(2014)009 – C(2013) 9051 final de 16 de dezembro de 2013 relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
		ADMIN (2016) 3 relativa às interrupções de serviço especiais ao abrigo do artigo 57.º do Estatuto dos Funcionários e do artigo 6.º do anexo V do Estatuto dos Funcionários relativos aos	1.3.2016		1 RE
		HR DEC(2013)014 – Decisão relativa a férias no país de origem dos funcionários, agentes temporários e agentes contratuais colocados em países terceiros	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto	EEAS DEC(2014)009 – C(2013) 9051 final de 16 de dezembro de 2013 relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		0
59.º a 60.º	Falta por doença	PROC EEAS (2011)002 – C(2004) 159711 – que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	29.11.2011		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (1.º a 3.º)	Prestações para assistência à família	PROC EEAS (2011)013 - C(2004) 1364/4 - Disposições gerais de execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (1.º, n.º 2, alínea d))	Abono de lar por decisão especial	PROC EEAS (2011)013 - C(2004) 164/1 - Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	PROC EEAS (2011)013 - C(2004) 1364/2 - Disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo	22.11.2011		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	HR DEC(2014)02 - C(2013)8971 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.3.2014		1 DGE

Secção III – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (7.º a 8.º)	Despesas de viagem	HR DEC(2014)02 - C(2013)8987 final que estabelece disposições gerais para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII	1.3.2014		1 DGE
		ADMIN(2017) 4 – Decisão do Diretor-Geral do Orçamento e da Administração do Serviço Europeu para a Ação Externa sobre as orientações que estabelecem a metodologia de fixação do pagamento de montante fixo para as despesas de viagem na aceção do artigo 7.º, n.º 3, do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	8.5.2017		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	HR DEC(2014)02 - C(2013)8982 final que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.3.2014		1 DGE
1.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	ADMIN(2015) 26 relativa ao reembolso dos custos de mudança de residência dos funcionários provenientes dos serviços diplomáticos dos Estados-Membros e recrutados pelo SEAE sem alteração do local de residência	30.7.2015		1 RE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	PROC EEAS(2011)002 - C(2002)98 que fixa os montantes do subsídio de subsistência diário e os limites máximos de reembolso das despesas com hotéis relativamente a deslocações fora da UE	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS(2011)013 - C(2008)6215 - Disposições de execução que adotam o guia das deslocações em serviço	22.11.2012		1 DGE

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	PROC EEAS (2011)013 - C(2004) 1364 final/6 - Disposições gerais de execução relativas ao artigo 4.º do anexo VIII relativo à consideração, para efeitos do cálculo dos direitos de pensão, dos períodos de atividade previamente concluídos pelos funcionários antes de voltarem ao ativo	22.11.2011		1 DGE
77.º + Anexo VIII (11.º a 12.º)	Artigos 11.º e 12.º do Anexo VIII	PROC EEAS (2011)013 - C(2011) 1278 final - Disposições gerais de execução relativas aos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativo à transferência dos direitos de pensão	22.11.2011		1 DGE

Título VI – Medidas disciplinares

86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e inquéritos administrativos	PROC HR EEAS (2011)013 – C(2004) 1588 final/4 – Disposições gerais de execução relativas à realização de inquéritos administrativos e à instauração de processos disciplinares	22.11.2011		1 DGE
-----------------	--	--	------------	--	-------

Título VIII-A – Disposições especiais aplicáveis ao SEAE

96.º	Gestão das delegações da UE	JOIN(2012) 8 final – Decisão conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre mecanismos de cooperação em matéria de gestão das delegações da União Europeia	28.3.2012		1 RE
------	-----------------------------	---	-----------	--	------

Título VIII-B - Disposições especiais e derogatórias aplicáveis aos funcionários colocados num país terceiro

Capítulo I – Disposições gerais

Anexo X (artigo 1.º)	Disposições gerais	PROC HR(2011)013 - Decisão da Comissão SEC(88)636F relativa às disposições gerais de execução relativas ao anexo X do Estatuto dos Funcionários (pontos 3-A, C, D e E)	22.11.2011		1 DGE
Anexo X (artigo 2.º)	Mobilidade	ADMIN (2017) 19 de 8.11.2017 sobre a mobilidade dos agentes contratuais do SEAE	9.11.2017		1 RE

Capítulo II – Obrigações

Anexo X (artigos 5.º, 23.º)	Alojamento	HR DEC(2013)011 relativa às regras para execução da política de alojamento nas delegações da UE	17.12.2013		1 RE
-----------------------------	------------	---	------------	--	------

Capítulo III – Condições de trabalho

Anexo X (artigo 8.º)	Períodos de recuperação	HR DEC (2013) 012 relativa à gestão dos períodos de recuperação nos termos do artigo 8.º do anexo X	17.12.2013	20.12.2018	1 RE
		ADMIN (2018)34 que estabelece disposições gerais de execução no que diz respeito à gestão dos períodos de recuperação nos termos do artigo 8.º do anexo X do Estatuto dos Funcionários	20.12.2018		1 DGE

Capítulo IV – Regime pecuniário e regalias sociais

Secção I – Regime pecuniário e prestações familiares

Anexo X (artigo 10.º)	Subsídio de condições de vida	ADMIN(2015) 28 relativa às orientações que estabelecem a metodologia para determinar a lista anual de países em que as condições de vida são consideradas equivalentes às que habitualmente existem na UE que não dão direito a um subsídio de condições de vida	31.8.2015		1 RE
		ADMIN (2018)35 que estabelece disposições gerais de execução sobre o subsídio de condições de vida e o subsídio adicional a que se refere o artigo 10.º do anexo X, do Estatuto dos Funcionários	20.12.2018		1 DGE
12.º - 13.º	Moeda e coeficiente de correção	PROC EEAS(2011)02 - C(2004)1597/1 relativa ao ajuste dos coeficientes de correção e correspondentes taxas de câmbio referidas nos artigos 12.º e 13.º do anexo X	29.11.2011		1 RE
16.º	Reembolso aos funcionários colocados em países não membros	HR DEC (2013) 015 - Decisão relativa aos reembolsos devidos aos funcionários colocados em países não membros	1.1.2014		1 RE

Secção II – Normas relativas ao reembolso das despesas

22.º	Subsídio de alojamento temporário e custo de transporte	PROC EEAS (2011)002 – C(2004) 1597/2 relativa à aplicação do artigo 22.º do anexo X relativo à recuperação do subsídio de alojamento temporário e do custo de transporte dos bens pessoais do cônjuge e dependentes	29.11.2011		1 RE
------	--	---	------------	--	-------------

Secção III – Segurança social					
24.º	Seguro de doença	PROC EEAS (2011)013 – Decisão da Comissão sobre as disposições gerais de execução do artigo 24.º, n.ºs 1 e 2, do anexo X	22.11.2011		1 DGE
25.º	Seguro contra acidentes	PROC EEAS (2011)013 – Decisão da Comissão sobre disposições gerais relativas à cobertura do risco de acidente dos cônjuges, filhos e outros dependentes de um funcionário das CE colocado num país terceiro	22.11.2011		1 DGE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II – Agentes temporários					
Capítulo I – Disposições gerais					
12.º, n.º 5	Procedimentos de recrutamento dos agentes temporários	ADMIN(2015) 20 que adota disposições gerais de execução do artigo 12.º, n.º 5, relativo à admissão e utilização de agentes temporários	12.8.2015		1 DGE
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	EEAS DEC(2014)009 - C(2013)9020 final de 16.12.2013 relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV - Agentes contratuais					
Capítulo I – Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	PROC EEAS(2011)02 – C(2006)6957 aplicável aos intérpretes de conferência contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime aplicável aos outros agentes	29.11.2011		1 RE
		PROC EEAS (2011)13 - C(2011) 1264 final – Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013)8967 de 16/12/2013 e pela EEAS DEC(2014)048	22.11.2011		1 DGE

Capítulo III – Condições de admissão					
82.º	Procedimentos de recrutamento dos Agentes contratuais	PROC EEAS(2011)02 – C(2006)6957 aplicável aos intérpretes de conferência contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime aplicável aos outros agentes	29.11.2011		0
		PROC EEAS (2011)13 - C(2011) 1264 final – Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013)8967 de 16/12/2013 e pela EEAS DEC(2014)048	22.11.2011		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	PROC EEAS(2011)02 – C(2006)6957 aplicável aos intérpretes de conferência contratados em conformidade com os artigos 78.º e 90.º do Regime aplicável aos outros agentes	29.11.2011		0
		PROC EEAS (2011)13 - C(2011) 1264 final – Disposições gerais de execução relativas aos procedimentos aplicáveis à admissão e utilização de agentes contratuais, com a última redação dada pela C(2013)8967 de 16/12/2013 e pela EEAS DEC(2014)048	22.11.2011		0

Capítulo IV – Disposições especiais relativas aos agentes contratuais a que se refere o artigo 3.º-A

87.º	Avaliação dos agentes contratuais	ADMIN (2015) 23 que adota um procedimento de reclassificação de agentes contratuais contratados ao abrigo do artigo 3.º-A nos termos do artigo 87.º, n.º 3, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	31.7.2015		1 RE
------	--	--	-----------	--	-------------

Título V – Agentes locais

120.º	Agentes locais nas delegações	EEAS DEC (2014)004 – que adota o método de determinação e adaptação da remuneração dos agentes locais a trabalhar nas delegações	1.6.2014	30.6.2019	1 RE
120.º	Agentes locais nas delegações Método aplicável às remunerações	EEAS DEC (2019)14 – que alarga o método de determinação e adaptação da remuneração dos agentes locais a trabalhar nas delegações	22.6.2019		1 RE
121.º	Agentes locais nas delegações – Fundo de previdência	C(2015) 3461 relativa à gestão administrativa e financeira dos ativos dos regimes criados para providenciar sistemas autónomos ou complementares de segurança social para os agentes locais nas delegações da União	29.5.2015		1 RE

Comité Económico e Social Europeu

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-E, n.º 1	Medidas de natureza social	Decisão 207/96-A relativa à assistência à família	11.4.1996		RE
		Decisão 121/06-A relativa à prestação de assistência psicológica aos membros do pessoal	13.3.2006		RE
2.º	Poderes da AIPN	Decisões 096/16 A, 097/16 A e 098/16 A relativas ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime Aplicável aos Outros Agentes à EHCA	1.5.2016	11.4.2019 para 098/16 A 5.2.2020 para 096/16 A	1 RE
		Decisão 081/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime aplicável aos outros agentes à EHCA	11.4.2019		1 RE
		Decisão 175/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime aplicável aos outros agentes à EHCA	1.7.2019	18.7.2019	1 RE
		Decisão 189/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime aplicável aos outros agentes à EHCA	18.7.2019		
		Decisão 294/19 A relativa ao exercício dos poderes conferidos pelo Estatuto dos Funcionários à AIPN e pelo Regime aplicável aos outros agentes à EHCA	5.12.2019		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Lugares-tipo	Decisão 211/14 A relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	14.10.2014	2.3.2017	1 RE
	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015	Decisão 033/17 A relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	2.3.2017		
7	Transferência	Decisão 130/15 A que estabelece um regime de mobilidade	11.5.2015		1 RE
9.º + Anexo II	Comités	Decisão 199/06 A que institui o Comité de Classificação (para os relatórios de fim de estágio)	5.5.2006		1 RE
		Decisão 240/19 A que institui o Comité de Classificação (para os relatórios de fim de estágio)	27.9.2019		

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

11.º a 21.º	Ética e integridade	Guia sobre as obrigações dos funcionários e agentes do CESE	1.5.2002		1 RE
		Decisão 510/09 A de 6.8.2009 que adota o código de boa conduta administrativa do CESE	6.8.2009		1 RE
		DRH 001-19 – Orientações sobre a gestão de conflitos de interesses do pessoal no exercício das suas funções	2.4.2019		1 RE
12.º-A	Assédio	Decisão 200/14 A relativa aos procedimentos para lidar com o assédio psicológico e sexual no trabalho	26.9.2014		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão 038/14 A relativa às atividades externas e afetações	8.2.2014		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 053/16 A que estabelece regras relativas às denúncias	3.3.2016		1 RE
		Diretiva Interna DRH 002/18 – Nomeação de conselheiros de ética no CESE (procedimento de denúncia)	30.5.2018		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão 189/15 A relativa às regras relacionadas com a aprendizagem e o desenvolvimento	10.7.2015		1 RE

		Decisão 117/13 A sobre as disposições de execução das regras relativas à formação profissional no âmbito do regime linguístico especial para tradutores no Secretariado-Geral do CESE	8.3.2013	13.12.2017	1 RE
		Decisão 028/17 A sobre as disposições de execução das regras relativas à aprendizagem e desenvolvimento no âmbito do regime linguístico especial para tradutores no Secretariado-Geral do CESE	2.3.2017	13.12.2017	
		Decisão 234/17 A sobre as disposições de execução das regras relativas à aprendizagem e desenvolvimento no âmbito do regime linguístico especial para tradutores no Secretariado-Geral do CESE	13.12.2017		
		Quadro estratégico para a aprendizagem e o desenvolvimento no CESE	7.12.2017		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 444/14 A – Disposições gerais de execução aplicáveis à classificação por graus dos funcionários aquando do seu recrutamento ou admissão	4.12.2014		1 DGE
-------------	---------------------	---	-----------	--	--------------

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão 235/14 A que executa as medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	30.10.2014		1 RE
------	-------------------------------	--	------------	--	-------------

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Decisão 033/14 A relativa à licença parental	1.1.2014	1.1.2018	1 RE
		Decisão 238/17 A relativa à licença parental	1.1.2018		
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 034/14 A relativa à licença para assistência à família	1.1.2014		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Decisão 112/16 A que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios de avaliação anuais	26.5.2016		1 DGE
		Nota relativa à Decisão 112/16 A, artigo 9.º, n.º 6, 7 e 8, na sequência da atualização do procedimento anual de notação do pessoal do Comité e da substituição do sistema em papel assinado à mão por um sistema eletrónico de fluxo de trabalho por validação sem papel	1.4.2018		1 RE
		Decisão 113/16 A que adota instruções para as avaliações e para o modelo do relatório de avaliação	26.5.2016	16.2.2017	
		Decisão 022/17 A que adota instruções para as avaliações e para o modelo do relatório de avaliação	16.2.2017	13.3.2018	
		Decisão 058/18 A que adota instruções para as avaliações e para o modelo do relatório de avaliação	13.3.2018	17.1.2019	
		Decisão 007/19 A que adota instruções para as avaliações e para o modelo do relatório de avaliação	17.1.2019		
45.º	Promoção	Decisão 114/16 A que adota regras relativas às promoções	26.5.2016		1 RE
		Decisão 115/16 A que cria uma comissão paritária de promoções	26.5.2016		1 RE
45.º-A	Certificação	Decisão 458/05 A que estabelece as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários (certificação)	18.7.2005	5.10.2017	1 DGE
		Decisão do Conselho que adota as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	5.10.2017		

Capítulo IV – Cessação de funções

51.º	Insuficiência profissional	Decisão 262/11 A relativa ao procedimento respeitante à insuficiência profissional	25.5.2011		1 RE
------	-----------------------------------	--	-----------	--	-------------

52.º, n.º 2	Aposentação	Decisão 492/14 A relativa à permanência em serviço até à idade de 67 anos e, excecionalmente, até à idade de 70 anos	22.12.2014		1 RE
-------------	--------------------	--	------------	--	-------------

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Decisão 474/15 relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho Decisão 131/17 A relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho	1.1.2016 19.7.2017	19.7.2017	1 RE
55.º, n.º 2	Teletrabalho	Decisão 143/16 A que altera o regime de teletrabalho Decisão 248/19 A relativa ao regime de teletrabalho no CESE	21.6.2016 16.10.2019	16.10.2019	1 RE
55.-A + anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 035/14 A relativa ao artigo 55.º-A aplicável ao trabalho a tempo parcial	1.1.2014		1 RE
55.º +56.º + Anexo VI, Anexo V	Horas extraordinárias	Decisão 037/14 A relativa às horas extraordinárias Decisão 205/18 relativa às horas extraordinárias para os condutores	1.2.2014 1.1.2018		1 RE 1 RE

Capítulo II – Interrupções de serviço

57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 032/14 A – Regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	7.2.2014	1.10.2019	1 RE
58.º	Licença de parto				
57.º + 58.º + 61.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 212/19 A – Regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.10.2019		
59.º – 60.º + Anexo V	Falta por doença	Decisão 273/16 A relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à falta por doença	1.1.2017		1 RE
60.º	Ausência	Decisão 032/14 A que estabelece as regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	7.2.2014	1.10.2019	1 RE
		Decisão 212/19 A que estabelece as regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.10.2019		

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário

Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas

Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas

Secção I – Prestações familiares

67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 1.º, n.º 2, alínea d))	Abono de lar por decisão especial	Decisão 298/04 A que adota disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão 299/04 A que adota disposições gerais de execução relativas a pessoas consideradas como filhos a cargo	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 1.º, 2.º e 3.º)	Prestações familiares	Decisão 300/04 A – Disposições gerais de execução para dar cumprimento aos artigos 67.º e 68.º do Estatuto dos Funcionários e aos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII do referido estatuto	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigos 1.º, 2.º e 3.º)	Abono escolar	Decisão 019/14 A - Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014	1.1.2014	1 DGE
		Decisão 019/14 A - Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		

Secção III – Reembolso de despesas

71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Despesas de viagem	Decisão 031-14 A relativa ao artigo 8.º do anexo VII	1.1.2014		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 030/14 A relativa ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 RE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 020/14 A – Disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência (anexo VII, artigo 9.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 890/10 A que adota disposições gerais de execução relativas ao Guia das missões dos funcionários e agentes do CESE	1.1.2011		1 DGE

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez

77.º + Anexo VIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	Decisão 304/04 A relativa à tomada em consideração dos períodos de serviço anteriormente cumpridos quando da reentrada	1.5.2004		1 RE
		Decisão 307/04 A relativa à aquisição de direitos a pensão complementar	1.5.2004		1 RE
77.º + Anexo VIII (Artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 305/04 A relativa à transferência dos direitos de pensão – reabertura das possibilidades	1.5.2004		1 RE
		Decisão 394/11 A relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII	15.7.2011		1 DGE

Título VI – Medidas disciplinares

86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e investigações administrativas	Decisão 635/05 A relativa às disposições gerais de execução relativas a processos disciplinares e inquéritos administrativos	7.12.2005		1 DGE
		Decisão 023/07 A que determina a composição do Conselho de Disciplina	22.1.2007		1 RE

Regime aplicável aos outros agentes

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título II – Agentes temporários

Capítulo I – Disposições gerais

8.º	Política geral de admissão e utilização de agentes temporários Procedimentos de recrutamento de agentes temporários Condições de trabalho Licença de parto e subsídio de maternidade	Diretiva Interna DRH 001/15 – Orientações sobre a admissão de agentes temporários no CESE	17.12.2015		1 RE
12.º, n.º 5					0
16.º + 91.º		Decisão 205/18 relativa às horas extraordinárias para os condutores	1.1.2018		
17.º + 91.º		Decisão 234/14 A relativa à licença de parto e ao subsídio para mulheres cuja licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV - Agentes contratuais

Capítulo I – Disposições gerais

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 443/14 A que adota disposições gerais para execução dos procedimentos aplicáveis ao recrutamento e contratação de agentes contratuais no Comité Económico e Social Europeu	4.12.2014		1 DGE
-------------	-----------------------------------	--	-----------	--	-------

Capítulo III – Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento de agentes contratuais	Decisão 444/14 A – Disposições gerais de execução aplicáveis à classificação por graus dos funcionários aquando do seu recrutamento ou admissão	4.12.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 444/14 A – Disposições gerais de execução aplicáveis à classificação por graus dos funcionários aquando do seu recrutamento ou admissão	4.12.2014		0

Comité das Regiões

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

2.º	Poderes das AIPN (subdelegação)	Decisão 6/2016 relativa aos poderes das AIPN	26.4.2016		1 RE
		Decisão 370/2016 do SG relativa aos poderes das AIPN	1.1.2017		1 RE
		Decisão 68/2016 do Diretor dos Recursos Humanos sobre as competências da AIPN (alterada pela Decisão 9/2019 de	1.1.2017		1 RE
		Decisão 32/2015 relativa à substituição temporária das funções do SG em caso de ausência ou de impedimento	2.12.2015		1 RE
5.º + Anexos I e XIII	Lugares-tipo	Decisão 390/2013 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014	18.2.2019	1 RE
		Decisão 26/2019 relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	18.2.2019		
9.º	Comité de Classificação	Decisão 129/2009 que institui o Comité de Classificação	3.4.2009	2.5.2017	1 RE
		Decisão 81/2017 que institui o Comité de Classificação	2.5.2017	19.9.2019	
		Decisão 181/2019 que institui o Comité de Classificação	19.9.2019		

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

11.º a 21.º	Ética e integridade	Decisão 419 relativa aos direitos e às obrigações de deontologia e integridade dos funcionários e dos outros agentes	23.12.2005		1 RE
12.º-A	Assédio	Decisão 362/2010 relativa ao assédio moral e sexual no trabalho	29.11.2010		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão 66/2014 relativa às atividades externas	11.4.2014		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão 26/2004 relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da Comunidade	10.2.2004		1 RE
		Decisão 508/2015 que estabelece regras relativas às denúncias	1.1.2016		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão 73/2015 – Regras em matéria de aprendizagem e desenvolvimento no CR	7.4.2015		1 RE
		Decisão 7/2016 que identifica a formação obrigatória e recomendada para o pessoal do CR	1.3.2016	4.10.2017	1 RE
		Decisão 75/2017 que identifica a formação obrigatória e recomendada para o pessoal do CR	4.10.2017		

Título III – Carreira dos funcionários

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão n.º 93/2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à classificação por graus aquando do recrutamento	1.1.2014		1 DGE
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão n.º 465/2015 que estabelece medidas de execução relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais da UE	14.10.2015	23.4.2019	1 RE
------	------------------------	--	------------	-----------	------

		Decisão 72/2019 que estabelece medidas de execução relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais da UE	23.4.2019		
--	--	---	-----------	--	--

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Decisão 21/2014 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à licença parental	1.1.2014	31.10.2017	1 RE
		Decisão 166/2017 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à licença parental	31.10.2017		
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão n.º 22/2014 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente à licença para assistência à família	1.1.2014		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

44.º, n.º 1	Subida de escalão	Decisão 360/2013 relativa à aplicação do artigo 7.º, n.º 7, do anexo XIII - subida de escalão	12.11.2013		1 RE
		Decisão n.º 510/2015 que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	1.1.2016	1.2.2019	1 DGE
		Decisão 13/2019 que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	1.2.2019		
		Decisão 003/2016 que adota as instruções de avaliação e o formulário do relatório dos funcionários	1.1.2016	1.2.2019	1 RE
		Instrução do SG 2/2019 relativa à avaliação do pessoal	15.2.2019		
45.º	Promoção	Decisão 0116/2014 relativa às promoções	16.6.2014	1.2.2019	1 RE
		Decisão 14/2019 relativa às promoções	1.2.2019		
45.º, n.º 2	Promoção	Decisão 304/2006 relativa à adoção das regras comuns que estabelecem as modalidades de aplicação do artigo 45.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários (alterada pela Decisão 76/2016 de 25.4.2016)	8.9.2006		1 RE
		Decisão 0403/2014 que adota as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	28.11.2014	10.7.2018	1 DGE
		Decisão 132/2018 que adota as disposições gerais de execução do artigo 45.º-A do Estatuto dos Funcionários	10.7.2018		

Secção V – Aposentação

52.º, n.º 2	Aposentação	Decisão 368/2016 relativa aos funcionários que permanecem em serviço para além da idade de aposentação automática	1.1.2017		1 RE
-------------	-------------	---	----------	--	------

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Decisão n.º 509/2015 relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	1.1.2016	18.7.2017	1 RE
		Decisão 126/2017 relativa às disposições relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	18.7.2017		
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão n.º 19/2014 relativa ao artigo 55.º-A do Estatuto dos Funcionários aplicável ao trabalho a tempo parcial	1.1.2014		1 RE
		Decisão 121/2016 relativa ao regime de teletrabalho	27.6.2016	14.10.2019	1 RE
		Decisão 193/2019 relativa ao regime de teletrabalho	14.10.2019		
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Decisão 353/2016 Subsídio fixo por horas extraordinárias para os condutores	1.1.2017		1 RE
		Decisão n.º 23/2014 relativa às horas extraordinárias	1.2.2014		1 RE

Capítulo II – Interrupções de serviço

57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Decisão 365/2016 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.1.2017		1 RE
		Decisão 366/2016 Orientações sobre a atribuição de interrupções de serviço especiais por motivos de trabalho excecional que vai além das obrigações normais de um funcionário	1.1.2017		1 RE

58.º	Licença de parto	Decisão 18/2014 relativa às regras aplicáveis aos funcionários relativamente ao direito a férias anuais e a interrupções de serviço especiais	1.1.2014		0
59.º a 60.º	Falta por doença	Decisão 322/2016 que estabelece regras relativas às faltas por doença	1.11.2016		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas					
Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas					
Secção I – Prestações familiares					
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º, n.º 2, alínea d))	Abono de lar por decisão especial	Decisão 315/04 relativa a disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 1.º)	Prestações familiares	Decisão 317/04 relativa a disposições gerais de execução relacionadas com a aplicação dos artigos 67.º e 68.º e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 2.º)					
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 2.º, n.º 4)					
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono por filho a cargo	Decisão n.º 268/98 relativa às disposições gerais de execução do artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII	1.12.1998		1 DGE
	Pessoa considerada como filho a cargo	Decisão n.º 84/2013 relativa às disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar (anexo VII, artigo 3.º, do Estatuto dos Funcionários)	1.1.2014		1 DGE
	Abono escolar				

Secção III – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (Art. 7.º – 8.º)	Despesas de viagem anual	Decisão 387/2013 relativa ao artigo 8.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.1.2014	1.6.2019	1 DGE
		Decisão 118/2019 relativa ao artigo 8.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	1.6.2019		
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão 386/2013 relativa ao artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo à determinação do local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 385/2013 relativa às disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º – A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão 0053/2010 relativa às disposições gerais de execução relativas ao guia sobre deslocações em serviço para funcionários e outros agentes	1.5.2010		1 DGE

Capítulo II – Segurança social					
76.º	Ajuda financeira	Regras internas relativas à aplicação do artigo 76.º do Estatuto dos Funcionários relativo à assistência financeira aos funcionários e outros agentes numa situação financeira particularmente difícil	1.5.1996		1 RE

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo VIII (Artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 76/2011 relativa às disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	1.1.2014		1 DGE

Título VI Medidas disciplinares + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário					
86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e inquéritos administrativos	Decisão 83/2019 que adota as disposições gerais de execução relativas aos inquéritos administrativos e as regras de execução relativas aos processos disciplinares	6.5.2019		1 DGE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem

Título II – Agentes temporários					
Capítulo I – Disposições gerais					

12.º, n.º 5	Procedimento de recrutamento dos agentes temporários	Decisão 23/2016 Regras gerais de execução relativas ao recrutamento de agentes temporários	3.2.2016	22.2.2018	1 DGE
		Decisão 31/2018 Regras gerais de execução relativas ao recrutamento de agentes temporários	22.2.2018		
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019		1 RE

Capítulo III – Condições de admissão

15.º	Classificação no escalão	Decisão 93/2014 que estabelece disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando do recrutamento dos funcionários ou da admissão de agentes temporários	1.1.2014		1 DGE
------	---------------------------------	---	----------	--	--------------

Capítulo 4 – Condições de trabalho

17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão n.º 461/2015 relativa à licença de parto e ao subsídio para agentes antes do final do seu contrato	14.10.2015		1 RE
-------------	---	--	------------	--	-------------

Título IV - Agentes contratuais

Capítulo III – Condições de admissão

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	4.12.2014		1 DGE
-------------	--	--	-----------	--	--------------

Capítulo III – Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	1.1.2014		0
		Instrução de serviço do Secretário-Geral 0001/2019 sobre as regras administrativas internas em matéria de recrutamento	1.2.2019		1 RE
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 92/2014 relativa às disposições gerais de execução relativas aos procedimentos e às condições de admissão dos agentes contratuais (última redação dada pela Decisão 90/2015)	1.1.2014		0

PROVEDOR DE JUSTIÇA

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

1.º-D, n.º 4	Deficiência	Disposições gerais de execução para aplicação do artigo 1.º-E, n.º 4, relativo ao recrutamento de pessoas com deficiência	1.5.2004		1 DGE
2.º	Poderes da AIPN	Delegação do exercício de poderes enquanto entidade competente para proceder a nomeações	8.9.2015		1 RE
5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		1 RE
5.º + Anexo I e anexo XIII (artigos 30.º a 31.º)	Afetação de funcionários com responsabilidades especiais para os lugares de «chefe de unidade ou equivalente» ou «conselheiro ou equivalente» antes de 31 de dezembro de 2015				

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

Artigo 12.º-A, n.º 4	Prevenção do assédio	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre uma política de prevenção e proteção contra o assédio no trabalho	18.12.2017		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa às regras internas relacionadas com o exercício de uma atividade profissional após deixar o serviço da União Europeia (artigo 16.º do Estatuto dos Funcionários)	7.3.2016		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas relativas à divulgação por motivos de interesse público («denúncia»)	2.12.2015		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão que adota o guia sobre formação	12.9.2013		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Disposições gerais de execução relativas aos critérios aplicáveis à classificação no escalão aquando da nomeação ou do recrutamento	1.1.2014		1 DGE
-------------	--------------	---	----------	--	-------

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	1.5.2004		1 DGE
--------	------------------	---	----------	--	-------

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

43.º	Relatório anual	Disposições gerais de execução para aplicação do artigo 43.º do Estatuto dos Funcionários e dos artigos 15.º, n.º 2, e 87.º, n.º 1, do Regime Aplicável aos Outros Agentes	1.1.2010		1 DGE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as disposições gerais de execução dos artigos 43.º e 44.º do Estatuto dos Funcionários	20.12.2017		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à política de promoções e ao planeamento de carreiras	12.9.2013		1 DGE
45.º-A	Certificação	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 45.º-A	21.7.2005		1 DGE

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Regras internas relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	30.9.2009	12.12.2016	1 RE
		Regras internas relativas ao tempo de trabalho e ao horário de trabalho flexível	12.12.2016		
55.º-A + Anexo IV-A	Teletrabalho	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa à implementação do teletrabalho na instituição Provedor de Justiça Europeu	30.9.2014		1 RE
	Trabalho a tempo parcial	Decisão do Provedor de Justiça Europeu relativa às regras internas em matéria de trabalho a tempo parcial	28.5.2019		1 RE
56.º + Anexo VI	Horas extraordinárias	Regras internas - compensação em relação às horas extraordinárias (artigos 55.º a 56.º-B e anexo VII)	1.5.2014		1 RE
		Regras internas sobre o subsídio fixo (condutores) (com a última redação que lhe foi dada pela Decisão do Provedor de Justiça)	5. 6.2008		1 RE
Artigo 59.º, n.º 4	Processo de invalidez	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre o procedimento de invalidez	2.12.2015		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário

Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas

Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas

Secção I – Prestações familiares

67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º)	Abono de lar por decisão especial	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono de lar por decisão especial	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º)	Prestações para assistência à família	Disposições gerais de execução relativas à aplicação dos artigos 67.º e 68.º e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do anexo VII relativos ao pagamento das prestações para assistência à família	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º)	Abono por filho a cargo				
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 2.º)	Pessoa considerada como filho a cargo	Regras gerais de execução relativas ao artigo 2.º, n.º 4, do anexo VII	1.5.2004		1 DGE
67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar	1.1.2014		1 DGE

Secção III – Reembolso de despesas

71.º + Anexo VII (7.º a 8.º)	Local de origem	Disposições gerais de execução relativas à determinação do local de origem	1.5.2004		1 DGE
71.º + Anexo VII (art. 8.º)	Despesas de viagem	Disposições gerais de execução para dar cumprimento ao artigo 8.º do anexo VII relativo ao pagamento de despesas de viagem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência	1.12.2014	12.12.2019	1 DGE
		Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas ao reembolso das despesas de mudança de residência	12.12.2019		
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Decisão interna relativa ao guia sobre deslocações em serviço	1.7.2008		1 RE
		Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as disposições gerais de execução dos artigos 11.º, 12.º e 13.º do anexo VII do Estatuto dos Funcionários	29.11.2018		1 DGE
71.º	Contribuição para as despesas de utilização de transportes públicos	Decisão do Provedor de Justiça Europeu sobre as regras internas que regem a contribuição para as despesas de utilização de transportes públicos	17.5.2016		1 RE

Título VI – Medidas disciplinares

86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e inquéritos administrativos	Disposições gerais de execução relativas a processos disciplinares e inquéritos administrativos	1.5.2004		1 DGE
-----------------	---	---	----------	--	--------------

Regime aplicável aos outros agentes

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título IV - Agentes contratuais

Capítulo I – Disposições gerais

79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.1.2014		1 DGE
-------------	-----------------------------------	--	----------	--	-------

Capítulo III – Condições de admissão

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.1.2014		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão relativa aos procedimentos de admissão dos agentes contratuais	1.1.2014		0

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados

Estatuto dos Funcionários

(aplicável por analogia aos outros agentes quando expressamente previsto no Regime aplicável aos outros agentes)

Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
--------	---------	------------------------	------------------	----------	----------

Título I – Disposições gerais

5.º + Anexo I	Lugares-tipo e títulos das funções	Decisão relativa aos lugares-tipo e aos títulos das funções	1.1.2014		1 RE
9.º	Comités	Decisão relativa à criação de um comité de pessoal	8.2.2006		1 RE

Título II – Direitos e obrigações dos funcionários

12.º-A	Assédio	Decisão que adota medidas de execução relativas aos artigos 12.º-A e 24.º do Estatuto dos Funcionários no que diz respeito ao procedimento de combate ao assédio	10.12.2014		1 RE
12.º-B - 16.º - 17.º	Atividades externas	Decisão relativa às atividades externas	1.1.2014	13.9.2019	1 RE
12.º-B = art. 40.º Anexo VIII	Seniores Ativos	Decisão relativa às atividades e funções externas e ao exercício de uma atividade profissional após a cessação de funções	13.9.2019		1 RE
		Orientações para o aproveitamento dos conhecimentos especializados de antigos funcionários no âmbito da iniciativa	29.5.2018		1 RE
22.º-A a C	Denúncias	Decisão sobre as regras internas relativas às denúncias	14.6.2016	29.11.2019	1 RE
		Decisão sobre as regras internas relativas às denúncias	29.11.2019		1 RE
24.º-A	Formação	Decisão relativa à formação do pessoal de 10 de outubro de 2011	10.10.2011	14.7.2015	1 RE
		Decisão relativa à aprendizagem e ao desenvolvimento	14.7.2015		1 RE

Título III – Carreira do funcionário

Capítulo I – Recrutamento

27.º a 34.º	Recrutamento	Decisão 54 relativa às disposições gerais de execução relativas à classificação no escalão aquando do recrutamento ou da admissão	1.1.2014		1 DGE
29.º	Nomeação de funcionários superiores	Manual de seleção para cargos de direção superior	1.1.2019		1 RE

Capítulo II – Situação jurídica do funcionário

Secção II – Destacamentos

38.º	Destacamentos	Política da AEPD em matéria de destacamentos e intercâmbios de curta duração	12.6.2014		1 RE
		Decisão conjunta AEPD-CEPD sobre o programa de destacamento de curta duração do CEPD	12.6.2019		1 RE

Secção III – Licença sem vencimento

40.º	Licença sem vencimento	Decisão 50 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	1.1.2014		1 RE
		Decisão 50 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	1.1.2014	17.7.2016	1 RE
		Decisão 50 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	18.7.2016	19.12.2019	1 RE
		Decisão 50 relativa às medidas relativas à licença sem vencimento dos funcionários e à licença sem vencimento dos agentes temporários e contratuais	19.12.2019		1 RE

Secção VI – Licença parental ou para assistência à família

42.º-A	Licença parental	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 42.º-A relativo à licença parental	1.7.2005		1 DGE
42.º-A, 42.º-B + 35.º	Licença parental	Diretiva 1/2009 relativa às suspensões do período de estágio em caso de licença parental e de licença para assistência à família	1.9.2009		1 RE
42.º-B	Licença para assistência à família	Decisão 14 relativa às disposições gerais de execução relativas à licença para assistência à família	1.5.2004		1 RE

Capítulo III – Classificação de serviço, subida de escalão e promoções

Artigo 43.º	Relatório anual	Decisão 30-A que adota disposições gerais de execução relativas aos relatórios dos funcionários	15.12.2014		1 DGE
45.º	Promoção	Decisão 38-A que adota disposições gerais de execução relativas às promoções	14.5.2014	24.5.2017	1 DGE
		Decisão 38-B que adota disposições gerais de execução relativas às promoções	24.5.2017		
Artigo 45.º-A	Certificação	Decisão 43-B que estabelece disposições gerais de execução relativas ao artigo 45.º-A	15.12.2014		1 DGE

Capítulo IV – Cessação de funções

Secção IV – Procedimentos respeitantes à insuficiência profissional

51.º	Insuficiência profissional	Decisão da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados relativa ao procedimento de deteção, gestão e resolução da insuficiência profissional	10.11.2015		1 RE
------	----------------------------	---	------------	--	------

Título IV – Condições de trabalho do funcionário

Capítulo I – Duração do trabalho

55.º	Horário de trabalho	Decisão relativa ao horário de trabalho	1.1.2014		1 RE
55.º-A + Anexo IV-A	Trabalho a tempo parcial	Decisão 10 relativa às regras relativas ao trabalho a tempo parcial	1.5.2004		1 RE
	Teletrabalho	Decisão relativa ao teletrabalho	18.12.2014	7.7.2017	1 RE
		Decisão relativa ao regime de teletrabalho	7.7.2017	7.2.2019	
		Decisão relativa ao teletrabalho	7.2.2019		

Capítulo II – Interrupções de serviço

57.º + Anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço	Decisão relativa às interrupções de serviço	1.1.2014		1 RE
58.º	Licença de parto				
Artigo 57.º, n.º 2 + anexo V	Férias anuais e interrupções de serviço especiais	Diretiva 2/2009 relativa à gestão do tempo de amamentação	1.9.2009		1 RE
59.º a 60.º	Falta por doença	Decisão que introduz disposições de execução relativas a ausências em resultado de doença ou acidente	20.12.2004		1 RE

Título V + Anexo VII – Regime pecuniário e regalias sociais do funcionário

Capítulo I – Remuneração e reembolso de despesas

Anexo VII – Remuneração e reembolso de despesas

Secção I – Prestações familiares

67.º a 68.º + Anexo VII (artigo 1.º, n.º 2,	Abono de lar por decisão especial	Disposições gerais de execução relativas ao abono de lar por decisão especial - Decisão 21	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (Artigo 2.º, n.º 4)	Pessoa considerada como filho a cargo	Disposições gerais de execução relativas à pessoa considerada como filho a cargo	1.5.2004		1 DGE
67.º – 68.º + Anexo VII (artigo 3.º)	Abono escolar	Disposições gerais de execução relativas à concessão do abono escolar - Decisão 55	14.7.2014		1 DGE

Secção III – Reembolso de despesas					
71.º + Anexo VII (artigos 7.º a 8.º)	Despesas de viagem	Decisão que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de viagem anuais	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 8.º)	Local de origem	Decisão relativa às disposições gerais de execução relativas à aplicação do artigo 7.º, n.º 4, do anexo VII relativo ao local de origem	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigo 9.º)	Despesas de mudança de residência	Decisão 53 que adota disposições gerais de execução relativas às despesas de mudança de residência	1.1.2014		1 DGE
71.º + Anexo VII (artigos 11.º a 13.º-A)	Despesas de deslocação em serviço	Disposições gerais de execução que adotam o guia das deslocações em serviço	9.12.2004		1 DGE

Capítulo III + Anexo VIII – Pensões e subsídio de invalidez					
77.º + Anexo XIII (artigo 4.º)	Cálculo de direitos de pensão	Disposições gerais de execução relativas ao artigo 4.º do anexo VIII relativo ao cálculo dos direitos de pensão pelos anos trabalhados antes da entrada ao serviço	1.10.2007		1 DGE
77.º + Anexo VIII (artigos 11.º a 12.º)	Transferência de direitos de pensão	Decisão 36-A que adota disposições gerais de execução dos artigos 11.º e 12.º do anexo VIII relativos à transferência de direitos de pensão	16.2.2012		1 DGE

Título VI – Medidas disciplinares					
86.º + Anexo IX	Processos disciplinares e investigações administrativas	Decisão da AEPD que adota disposições de execução relativas à realização de inquéritos administrativos e à instauração de processos disciplinares	1.1.2014		1 DGE
86.º + Anexo IX	Luta contra a fraude, a corrupção e qualquer outra atividade ilegal	Decisão relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União	12.7.2007	24.9.2019	1 RE
		Decisão relativa às condições e regras dos inquéritos internos em matéria de luta contra a fraude, a corrupção e todas as atividades ilegais lesivas dos interesses da União	24.9.2019		

Título VII - Recursos					
90.º - 91.º	Reclamações e recursos	Decisão que adota medidas de execução relativas aos artigos 90.º e 91.º	11.11.2014		1 RE

Regime aplicável aos outros agentes					
Artigo	Matéria	Regra de execução (RE)	Entrada em vigor	Validade	Contagem
Título II – Agentes temporários					
Capítulo I – Disposições gerais					
17.º + 91.º	Licença de parto e subsídio de maternidade	Decisão 51 relativa à licença de parto e ao subsídio para quando a licença de parto começa antes do final do seu contrato	1.1.2014		1 RE

Título IV - Agentes contratuais					
Capítulo I – Disposições gerais					
79.º, n.º 2	Utilização de agentes contratuais	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012		1 DGE

Capítulo III – Condições de admissão					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

82.º	Procedimentos de recrutamento dos agentes contratuais	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012		0
86.º	Classificação por grau aquando do recrutamento	Decisão 48 relativa às disposições gerais de execução do artigo 79.º, n.º 2, do Regime Aplicável aos Outros Agentes relativas às condições de admissão de agentes contratuais 3-A e 3-B (alterada pela Decisão 56 de 1 de janeiro de 2014 relativa às regras gerais de execução relativas às condições de admissão de agentes contratuais)	16.2.2012		0

Capítulo V – Disposições especiais					
2.º + 88.º	Duração máxima do recurso a pessoal não permanente	Duração máxima do recurso a pessoal não permanente	13.12.2018		1 RE

Legenda

Disposições gerais de execução (DGE)	Regra adotada de comum acordo entre as instituições	Outras regras de execução (RE)
---	--	---------------------------------------

Na coluna «Artigo» utiliza-se o mesmo código de cores para indicar quando o Estatuto dos Funcionários ou o Regime aplicável aos outros agentes estipulam uma forma específica para a regra de execução, ou seja, respetivamente, disposições gerais de execução, outras regras de execução ou regras adotadas de comum acordo entre as instituições. A lista completa das regras adotadas de comum acordo pelas instituições consta do anexo I.

Quando o campo correspondente é branco, a adoção de uma regra de execução não foi explicitamente prevista nesses atos ou esses atos não preveem uma forma específica para a regra de execução em causa.

Nos quadros aplicou-se o seguinte método de contagem:

- Uma regra de execução foi contada uma vez, mesmo que abrangesse mais do que uma matéria¹;
- Uma regra que tenha alterado uma regra já existente não foi contada separadamente;
- Se uma regra de execução foi substituída durante o período abrangido pelo relatório, foi apenas contada uma regra de execução².

¹ Abriu-se uma exceção no caso das «decisões omnibus» adotadas pelo SEAE, ou seja, decisões gerais que adotaram, em bloco e por analogia, várias decisões especiais de outras instituições. Nestes casos, foi contado o respetivo número de decisões especiais.

² Contudo, quando uma disposição geral de execução foi substituída por um tipo diferente de regra de execução (ou vice-versa), contaram-se duas regras de execução (uma para cada categoria de regras).